



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

BEATRIZ SILVA TAVARES

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO COMPONENTE DO
CURRÍCULO ESCOLAR:
UM ESTUDO COM ALUNOS EM NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE**

**SÃO CRISTÓVÃO, SE
2021**

BEATRIZ SILVA TAVARES

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO COMPONENTE DO
CURRÍCULO ESCOLAR:
UM ESTUDO COM ALUNOS EM NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE**

Projeto de TCC apresentado como requisito para obtenção de conceito na Disciplina Trabalho de Conclusão do Curso I, da Universidade Federal de Sergipe, Campus de São Cristóvão, Sergipe.

Orientador: Prof. Me. Rodrigo Garcia Duarte
Área: Ciências Sociais Aplicadas

**SÃO CRISTÓVÃO, SE
2021**

BEATRIZ SILVA TAVARES

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO COMPONENTE DO
CURRÍCULO ESCOLAR:
UM ESTUDO COM ALUNOS EM NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE**

Projeto de TCC apresentado como requisito para obtenção de conceito na Disciplina Trabalho de Conclusão do Curso I, da Universidade Federal de Sergipe, Campus de São Cristóvão, Sergipe.

Trabalho defendido e aprovado em 16 de Dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Rodrigo Garcia Duarte (Orientador)
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Me. Esdras Antunes do Nascimento
Universidade Federal de Sergipe

Profa. Dra. Maria Conceição Melo Silva Luft
Universidade Federal de Sergipe

Dedico esta conquista à minha família, que sempre esteve ao meu lado, em especial as minhas avós Maria Lêda e Cosmina.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, devo tudo a Deus. Externo minha gratidão por me permitir realizar mais um sonho, me dando forças e sabedoria para chegar até aqui.

Aos meus pais, Luiz Marcio e Ana Paula, por me ensinarem a sonhar e acreditar, e jamais desistir dos meus sonhos. Agradeço pelo investimento na minha vida pessoal, acadêmica e profissional.

Aos meus amigos, pela paciência, o apoio incondicional e o incentivo durante toda a minha vida.

Um agradecimento especial ao professor Rodrigo Garcia Duarte, meu orientador durante essa jornada. Sou grata pela paciência, compreensão e esforços para que pudéssemos atingir o objetivo.

E por fim, aos docentes das escolas que abriram as portas para aplicação da minha pesquisa.

RESUMO

O tema educação financeira vem recebendo cada vez mais importância e ganhando espaço entre diversas discussões econômicas e sociais, sendo imprescindível a necessidade dessa abordagem para o desenvolvimento do país e dos seus habitantes. A educação financeira oferece conhecimentos e informações sobre comportamentos básicos relacionados ao melhor uso de recursos que contribuem para uma vida financeira saudável e equilibrada. Diante do exposto, o objetivo proposto neste trabalho analisar o conhecimento e a importância da Educação Financeira na opinião dos estudantes de Nossa Senhora do Socorro, em Sergipe. Para tal, exploram-se relações da presença ou ausência de hábitos e conhecimentos financeiros em relação a existência de programas educativos. Utilizando método misto, fundamenta-se em pesquisas bibliográficas e documentais, por meio da coleta de dados em livros, artigos científicos, pesquisas, relatórios, e instituições financeiras oficiais. Os itens de análise relacionados ao estudo foram o conhecimento e as competências básicas em finanças, a percepção de endividamento e inadimplência, e o uso de educação financeira nas escolas. Para coleta de dados foi aplicado questionário direcionado a estudantes do Ensino Médio que revelou o interesse discente no tema, mas associado ao baixo conhecimento e a falta de iniciativas uniformes e duradouras no ambiente escolar. Em adicional identificou-se maior interesse na disseminação da informação para o ambiente familiar, onde efetivamente costuma ocorrer o problema financeiro.

Palavras-Chave: Educação Financeira. Educação Financeira nas Escolas. Currículo Escolar. Endividamento. Inadimplência.

ABSTRACT

The theme of financial education has been gaining increasing importance and gaining space among several social and advantages, the need for this approach being essential for the development of the country and its inhabitants. Financial education provides knowledge and information about basic behavior related to the best use of resources that contribute to a healthy and balanced financial life. Given the above, the objective of this work proposed is to study the analysis of knowledge and the importance of Financial Education in the opinion of students from Nossa Senhora do Socorro, in Sergipe. To this end, the relationship between the presence or absence of habits and financial knowledge in relation to the existence of educational programs is explored. Using a mixed method, it is based on bibliographic and documentary research, through data collection in books, scientific articles, surveys, reports, and official financial institutions. The analysis items related to the study were knowledge and basic skills in finance, perception of indebtedness and default, and the use of financial education in schools. For data collection, it was requested directed to high school students who revealed the student interest in the subject, but associated with low knowledge and lack of uniform and lasting initiatives in the school environment. In addition, greater interest in disseminating information to the family environment was identified, where the financial problem usually occurs.

Key-words: Financial Education. Financial Education in Schools. Scholastic Curriculum. Indebtedness. Default.

ABEFIN.....	Associação Brasileira de Educadores Financeiros
AEF.....	Associação de Educação Financeira
ANBIMA.....	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
B3.....	Bolsa de Valores Oficial do Brasil
BACEN.....	Banco Central do Brasil
BM&FBOVESPA.....	Bolsa de Mercadorias e Futuros e Bolsa de Valores de São Paulo
BNCC.....	Base Nacional Comum Curricular
CONSED.....	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CNC.....	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNDL.....	Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas
CNseg.....	Confederação Nacional das Seguradoras
CONEF.....	Comitê Nacional de Educação Financeira
CVM.....	Comissão de Valores Mobiliários
EF.....	Educação Financeira
ENEF.....	Estratégia Nacional de Educação Financeira
FBEF.....	Fórum Brasileiro de Educação Financeira
FEBRABAN.....	Federação Brasileira de Bancos
LDB.....	Lei de Diretrizes Básicas
MEC.....	Ministério da Educação
OCDE.....	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OECE.....	Organização para a Cooperação Econômica Europeia
OSCIP.....	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PEIC.....	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PISA.....	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PREVIC.....	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
PNE.....	Plano Nacional de Educação
SEBRAE.....	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENACON.....	Secretaria Nacional do Consumidor
SPC.....	Serviço de Proteção ao Crédito
STN.....	Secretaria do Tesouro Nacional
SUSEP.....	Superintendência de Seguros Privados
UNDIME.....	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Variações globais na alfabetização financeira	22
Figura 2 - Variação na alfabetização financeira em adultos no mundo	30
Figura 3 - Resultados da avaliação de matemática dos países latino-americanos participantes do estudo do Pisa	31

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Modelo conceitual da pesquisa.	20
Quadro 2 - Estrutura conceitual da metodologia da pesquisa	46
Quadro 3 - Materiais utilizados na pesquisa	48
Quadro 4 - Categorias e itens de análise da pesquisa.....	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Perfil dos discentes	53
Gráfico 2 – Idade dos discentes	54
Gráfico 3 – Nível e Rede de Ensino	54
Gráfico 4 – Planejamento financeiro	56
Gráfico 5 – Hábitos de consumo	57
Gráfico 6 – Discentes endividados e inadimplêntes	58
Gráfico 7 – Conhecimento sobre juros	59
Gráfico 8 – Conhecimento sobre porcentagem	60
Gráfico 9 – Nível de conhecimento para gerir as finanças pessoais.....	60
Gráfico 10 – Projetos de Educação Financeira nas Escolas	61
Gráfico 11 – Opinião dos discentes sobre inserção da Educação Financeira nas escolas	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fonte e destino da renda dos discentes	55
Tabela 2 – Instituição de ensino versus destino da poupança	57

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.2	OBJETIVOS	17
1.2.1	Objetivo geral	17
1.2.2	Objetivos específicos	18
1.3	JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	18
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1	EDUCAÇÃO FINANCEIRA E FOMENTO INSTITUCIONAL	20
2.1.1	A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico e o fomento da educação financeira	23
2.1.2	Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF	24
2.2	EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O CURRÍCULO ESCOLAR BRASILEIRO.....	28
2.2.1	A educação básica no Brasil	28
2.2.2	Educação financeira no Brasil	29
2.3	METODOLOGIAS E CONTEÚDOS RELACIONADOS A EDUCAÇÃO FINANCEIRA	32
2.3.1	Educação financeira nas escolas	33
2.3.2	Conteúdos relacionados a educação financeira	36
2.3.2.1	Endividamento e crédito	36
2.3.2.2	Inadimplência.....	38
2.3.2.3	Consumo	39
2.3.2.4	Orçamento e planejamento financeiro	40
2.3.2.5	Educação financeira como disciplina no currículo escolar.....	42
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	45
3.1	QUESTÕES DE PESQUISA	46
3.2	CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	47

3.3	ESTRATÉGIA DE PESQUISA	48
3.4	COLETA DE DADOS	48
3.4.1	Definição do universo e amostra	49
3.4.2	Categorias e itens de análise	50
3.5	ANÁLISE DE DADOS	51
3.6	CORRELAÇÕES DAS VARIÁVEIS RELEVANTES DO ESTUDO	51
3.7	CRITÉRIOS DE VALIDADE E CONFIABILIDADE	51
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	52
4.1	PERFIL DOS DISCENTES	53
4.2	PERFIL DAS FINANÇAS PESSOAIS	54
4.3	DOMÍNIO DO CONHECIMENTO ELEMENTAR EM FINANÇAS	59
4.4	PERCEPÇÃO E APLICAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	60
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
	REFERÊNCIAS.....	65
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	74

1 INTRODUÇÃO

A Educação Financeira (EF) no Brasil, tem se tornado cada vez mais, um assunto de crescente importância a ser abordado na sociedade. Nos últimos anos, esse assunto tem recebido grande destaque no âmbito nacional e internacional. É caracterizada como um dos fatores essenciais para promoção de uma melhor qualidade de vida (BRITO *et al.*, 2012).

Nas escolas brasileiras a Educação Financeira passou a ser abordada há pouco tempo, e ainda encontra-se em desenvolvimento de propostas curriculares. Até recentemente, esse assunto não fazia parte do universo educacional, seja no ambiente escolar ou familiar, brasileiro.

Publicada entre 2017, com propostas para educação infantil e ensino fundamental, e 2018, para o ensino médio, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) passou a incorporar a Educação Financeira como uma disciplina transversal, abordada não apenas em matemática, mas em linguagens, história e geografia, com isso, foi concedido o prazo até o início do ano letivo de 2020, para as escolas brasileiras adequarem seus currículos a essa nova realidade (AEF-Brasil, 2019).

A Educação Financeira contribui para uma vida financeira saudável e equilibrada, oferecendo conhecimentos e informações sobre comportamentos financeiros básicos. O modo como as pessoas lidam com as decisões financeiras reflete em toda a economia, por estar estreitamente ligada a problemas como os altos percentuais de endividamento e de inadimplência na sociedade. Segundo Calado (2016), o Brasil ocupou a 74ª entre 144 países, em uma pesquisa sobre o nível de Educação Financeira, ficando abaixo de países mais pobres e menos desenvolvidos, captando a falta de conhecimento financeiro por parte da população.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005) detectou que, em vários países, as pessoas necessitam do conhecimento e também das habilidades necessárias para poder lidar de modo apropriado com suas finanças pessoais. Porém, tais indivíduos desconhecem que necessitam de tais conhecimentos, o que provavelmente indica uma das origens do problema.

A recente crise sanitária, social e econômica devido a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) salientou ainda mais a importância da educação financeira pessoal tendo em vista os impactos financeiros com redução de renda e aumento do desemprego. Dessa forma, não ter

conhecimento sobre esse assunto pode causar sérios problemas não só na saúde financeira, mas também refletir na saúde física e emocional.

A OCDE (2005) defende a inserção da Educação Financeira como componente do currículo escolar das séries iniciais e nas demais séries, pois torna-se um instrumento eficiente no sentido de elevar os conhecimentos do mundo financeiro e estabelecer um processo de longo prazo.

Dispor do conhecimento dos conceitos básicos de finanças contribui de forma significativa para as escolhas financeiras, já que facilita a compreensão dos problemas cotidianos, relacionados a escassez de recursos, enfrentados pela sociedade. Ao desenvolver habilidades financeiras, o indivíduo passa a ter consciência do poder de influência da economia. Na sequência de tal conscientização, constitui-se um indivíduo mais crítico, criterioso e prudente no que tange a sua tomada de decisão no mundo financeiro.

Nessa trilha, o presente trabalho visa contribuir ao processo de criação, desenvolvimento e disseminação da cultura de Educação Financeira entre os indivíduos, identificando proposições e práticas de instituições oficiais, no contraste com as necessidades e conhecimentos atuais do estudante e seus problemas financeiros.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Qual o nível de conhecimento e a importância dada a Educação Financeira na opinião dos estudantes de ensino médio em Sergipe se inserida no currículo escolar?

1.2 OBJETIVOS

Diante do contexto inicial apresentado e no sentido de enfrentar o problema de pesquisa são propostos os seguintes objetivos geral e específicos.

1.2.1 Objetivo geral

Avaliar o conhecimento e a importância da Educação Financeira na opinião dos estudantes de ensino médio em Sergipe.

1.2.2 Objetivos específicos

Para atender o objetivo geral proposto faz-se necessário abordar os seguintes objetivos específicos:

1. Verificar o grau de conhecimento e a importância atribuída à EF pelos estudantes, no currículo escolar;
2. Analisar descritivamente as relações entre hábitos e conhecimentos financeiros e os construtos endividamento, orçamento e inadimplência;
3. Descrever a consciência de hábitos financeiros e seus impactos na vida financeira familiar do estudante.

1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO ESTUDO

O interesse pelo presente tema partiu do primeiro contato com o assunto através da disciplina Pesquisa em Administração. Posteriormente, foram feitas diversas pesquisas em periódicos e pesquisas, sobre o tópico e temas associados em seus benefícios e as consequências de sua ausência. Um melhor entendimento levou a localização de aprofundar as abordagens, integrando a proposta disciplinar e educativa com os problemas financeiros que ocorrem em âmbito familiar, assim notou-se a necessidade de sistematizar o conhecimento e relacionar regionalmente.

De acordo com organismos de fomento, a EF deve ser entendida como ensinamento de habilidades e comportamentos básicos, que capacitam o indivíduo a utilizar de forma correta os instrumentos financeiros. O processo da EF requer um treinamento contínuo, para que haja efetividade, deve ser aplicada logo nos anos iniciais (OCDE, 2005).

Martins (2004, p. 05) ressalta que “o aluno não estuda noções de comércio, economia, finanças ou impostos. E mesmo o dinheiro, se fazendo presente diariamente na vida das pessoas, o sistema educacional praticamente ignora o assunto”. Por consequência, a grande maioria das pessoas, quando atinge a fase adulta, segue ignorando tais assuntos, prosseguindo sem habilidades e técnicas adequadas para administrar suas finanças.

Contudo, a promoção da EF é de extrema importância para a população e para o país, pois educando financeiramente a sociedade esperam-se resultados no aumento do bem estar e qualidade de vida das pessoas, refletindo diretamente na estabilidade e no crescimento do país.

Dessa forma, faz todo sentido trabalhar a EF desde os anos iniciais da vida escolar, afinal, pois é neste espaço onde damos os primeiros passos para a construção do nosso projeto de vida.

A EF sendo aplicada corretamente nas escolas, forma cidadãos conscientes e críticos, capazes de questionar e pensar sobre suas vidas financeiras, sobre como é necessário e importante ter conhecimento e planejamento financeiros, além de poder levar esses conhecimentos adquiridos para dentro de suas casas, ajudando no planejamento familiar e até resolvendo problemas de endividamentos e inadimplência que hoje se fazem presentes em grande parte dos lares brasileiros. Além disso, aplicando a EF no Ensino Fundamental e dando continuidade no Ensino Médio nas escolas os resultados virão de forma contínua e consistente.

Com as pesquisas realizadas a fim de ter maior interação com o tema em questão, encontrou-se diversos estudos que abordam as temáticas educação financeira, educação financeira no ambiente educacional, importância e vantagens da educação financeira. Também foram localizados materiais publicados, como relatórios e pesquisas que tratam sobre EF, principalmente no site da OCDE e do Banco Central do Brasil (BACEN), materiais estes que serviram como fontes de informações para construção do estudo.

Isto posto, o presente estudo possui relevância para os mais diversos tipos de indivíduos e áreas de interesse. Para tal, pretende-se relacionar o grau de conhecimento dos estudantes e a importância da EF aplicada nos anos iniciais da vida escolar com hábitos e problemas financeiros familiares.

Através da presente pesquisa será possível obter conhecimentos acerca da situação dos jovens estudantes de escolas de um determinado local, e assim identificar o nível de conhecimento financeiro e descrever suas características. Este trabalho poderá ser utilizado por jovens e adultos para que seja possível rever ideias a respeito da importância de saber gerir bem as finanças pessoais. Além destes, docentes e demais instituições de educação poderão apresentar propostas pedagógicas acerca da temática estudada devido à importância apresentada por este assunto nas pesquisas realizadas.

Revela-se a necessidade do estudante perceber os benefícios e as vantagens de desenvolver uma cultura de EF, como resultado esperado, farão melhores escolhas na vida financeira ao longo da vida. Espera-se assim, contribuir ao desenvolvimento da temática e em suas proposições com implicações teóricas e de gestão educacional.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta a Fundamentação Teórica que serviu de base para a realização do estudo indicando conceitos e outros construtos relevantes associados à EF e sustentando as análises posteriores. Sua divisão contempla os seguintes tópicos: Educação Financeira e Fomento Institucional; em seguida Educação Financeira e o Currículo Escolar Brasileiro; e, por fim Metodologias e Conteúdos relacionados a Educação Financeira.

A fim de uma melhor compreensão, o Quadro 1 ilustra essa perspectiva, onde cada totem representa o tópico e os sub tópicos abordados.

Quadro 1 - Modelo conceitual da pesquisa.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E FOMENTO INSTITUCIONAL	EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O CURRÍCULO ESCOLAR BRASILEIRO	METODOLOGIAS E CONTEÚDOS RELACIONADOS A EDUCAÇÃO FINANCEIRA
<ol style="list-style-type: none">1. A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico e o fomento da Educação Financeira2. Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF	<ol style="list-style-type: none">1. A educação básica no Brasil2. Educação financeira no Brasil	<ol style="list-style-type: none">1. Educação financeira nas escolas2. Conteúdos relacionados a educação financeira<ul style="list-style-type: none">○ O endividamento e sua relação com o crédito○ Inadimplência○ Consumo○ Orçamento e planejamento financeiro○ A educação financeira como disciplina no currículo escolar

Fonte: Autora (2021).

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E FOMENTO INSTITUCIONAL

A educação financeira é considerada como um suporte para o auxílio de indivíduos que pretendem obter mais qualidade de vida. Nesse sentido, compreender a importância da Educação Financeira na vida de tais indivíduos, o capítulo apresenta uma definição clara dos termos Educação e Finanças, e em seguida o conceito de Educação Financeira (EF).

Segundo Vianna (2008), o termo Educação representa tudo que é feito a fim de desenvolver o indivíduo, e representa também a instrução e o aperfeiçoamento de habilidades e competências. Em outros termos, educação é o processo facilitador da aprendizagem para adquirir conhecimentos, hábitos, habilidades, valores, crenças, entre outros.

Já o termo Finanças, foi definido por Gitman (2010, p. 03) como “a arte e a ciência de administrar o dinheiro”. O autor complementa afirmando que todas as pessoas, físicas ou

jurídicas, estão envolvidas com o mundo financeiro, pois constantemente, recebem, ganham e investem dinheiro.

A Educação Financeira, por sua vez, é definida pelo BACEN (2013) como um instrumento empregado para promover o desenvolvimento econômico e, em adicional, fornecer melhor qualidade de vida à sociedade. Assim, a EF não está limitada somente a saber economizar, acumular dinheiro e cortar gastos. Acima de tudo, a EF está ligada à busca de uma melhor qualidade de vida tanto hoje quanto no futuro, o modo como compreendemos o dinheiro e como nos comportamos diante dele.

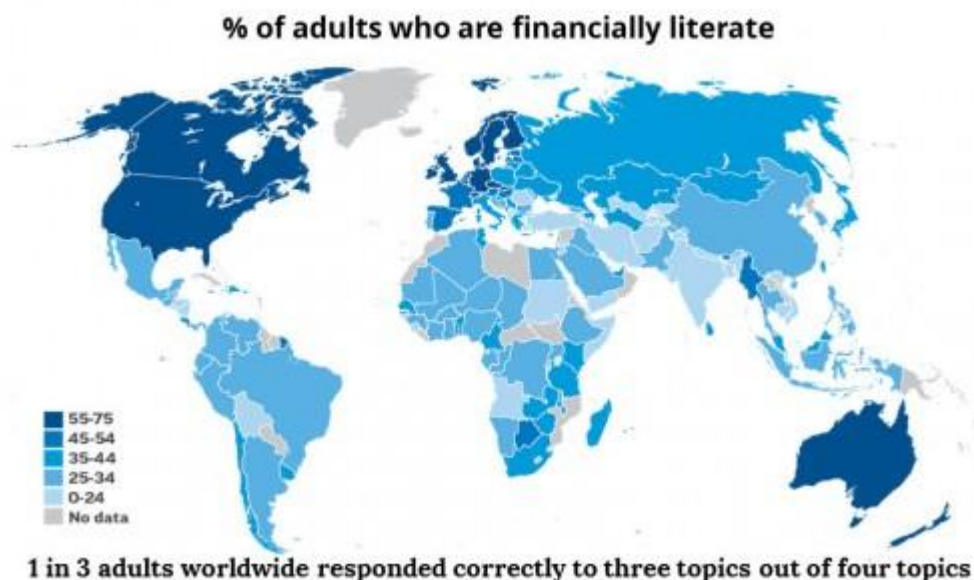
Para Modernell (2011, p. 1), o termo pode ser entendido como um conjunto amplo de orientações sobre posturas e atitudes adequadas no planejamento e uso dos recursos financeiros pessoais.

A partir dos conceitos supracitados, nota-se que a EF tem por propósito auxiliar o indivíduo a ser consciente para tomadas de decisões no mundo financeiro. É através de uma EF consistente que se constrói e desenvolve padrões comportamentais de autocontrole, disciplina, organização e planejamento, para que assim, saiba ganhar, economizar e investir os seus recursos.

Uma pesquisa global realizada sobre EF, envolvendo 150 mil pessoas em mais de 140 países, a *S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey*, mostra que 3,5 bilhões de pessoas possuem baixo nível de EF, pelos parâmetros da pesquisa, eram considerados educados financeiramente aqueles que conseguiam demonstrar domínio em, no mínimo, três dos conceitos financeiros básicos mencionados na pesquisa. Sendo estes: inflação, diversificação de risco, aritmética e juros compostos (*S&P Global FinLit Survey*, 2014).

Os resultados apontam que mundialmente apenas 1 em cada 3 adultos são alfabetizados financeiramente. Somente 33% da população mundial tem domínio sobre três dos quatro conceitos listados na pesquisa. A Figura 1 apresenta as variações do índice de alfabetização financeira entre os países que participaram da pesquisa global da *S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey*.

Figura 1 - Variações globais na alfabetização financeira



Fonte: S&P Global FinLit Survey (2014).

De acordo com a instituição, o domínio de tais habilidades traz benefícios diversos para a sociedade. O BACEN lista alguns desses benefícios proporcionados pela EF:

Possibilitar o equilíbrio das finanças pessoais, preparar para o enfrentamento de imprevistos financeiros e para a aposentadoria, qualificar para o bom uso do sistema financeiro, reduzir a possibilidade de o indivíduo cair em fraudes, preparar o caminho para a realização de sonhos, enfim, tornar a vida melhor (BACEN, 2013, p. 11).

Domingos (2014, s. p.) assegura que “a educação financeira é imprescindível para construir um país mais realizador de sonhos” e ainda afirma que “não é finanças, nem exatamente apenas poupar. É mais do que cálculos matemáticos e sim hábitos, costumes e comportamentos”.

Além de diversos benefícios adquiridos com a EF, existem vários outros fatores que evidenciam a sua importância de ser implantada na sociedade. Um desses fatores é o vasto conjunto de alternativas de produtos e serviços financeiros de investimentos e empréstimos; avanços tecnológicos de acesso e comercialização e o crescimento da expectativa de vida da população (OCDE, 2005).

Com evidências complementares, o Brasil apresenta outros fatores que acrescentam importância à implementação de programas voltados para disseminação de EF, como o elevado *spread* bancário (diferença entre a taxa de aplicação e taxa de captação), a cultura gerada pela alta inflação durante décadas, e a realidade de grande parte da população possuir pouco ou nenhum acesso ao sistema financeiro (BACEN, 2012).

Após apresentar o conceito e a importância da EF, além de sua pouca penetração na população e desigualdade do conhecimento entre as nações de acordo com as pesquisas, as próximas subseções trazem as instituições e estratégias que fomentam e orientam as iniciativas no Brasil.

2.1.1 A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico e o fomento da educação financeira

No âmbito internacional, a OCDE é considerada a principal referência no que diz respeito à produção de conteúdos e validação de experiências de EF. A OCDE afirma que a EF é importante no auxílio aos consumidores a administrar suas finanças, economizar e investir de forma apropriada, e ainda, evitar que se tornem vítimas de fraudes. A organização realizou enquetes de alfabetização financeira em seus países membros, que apresentaram como resultado baixos níveis de alfabetização financeira. Percebe-se que os consumidores necessitam de maior conscientização acerca da importância de serem educados financeiramente (OCDE, 2005).

A origem da instituição remonta ao ano de 1948, quando foi fundada Organização para a Cooperação Econômica Europeia (OECE). A organização era financiada pelos Estados Unidos, na intenção de contribuir para a reconstrução do continente devastado pela Segunda Guerra Mundial. Após o sucesso alcançado com a organização, os Estados Unidos juntamente com o Canadá decidiram integrar-se as nações pertencentes a OECE e então, em 1961, surgiu OCDE, sediada em Paris, na França.

A organização é composta por 37 países-membros que representam 80% do comércio mundial e investimentos, e por 5 parceiros-chaves, sendo o Brasil um desses parceiros. Seu objetivo é a dedicação às pesquisas e estudos para melhoria de políticas públicas em diversas áreas como: trabalho, ciência e tecnologia, política econômica, meio ambiente e comércio, educação, além de proporcionar trocas de experiências entre os países membros e os seus parceiros-chaves (MUNDO EDUCAÇÃO, 20-?).

A OCDE define a EF como o processo pelo qual os consumidores ou investidores melhoram a compreensão dos produtos, conceitos e riscos financeiros e, através da informação e instrução desenvolvem as competências e confiança para estar mais consciente dos riscos e oportunidades financeiros, para que assim possa tomar decisões informado e saber onde buscar ajuda e adotar medidas eficazes para melhorar seu bem-estar econômico (OCDE, 2005).

Em julho de 2005, a OCDE publicou algumas recomendações sobre os Princípios e as Boas Práticas da Educação e Conscientização Financeira. Baseando-se nas propostas do Comitê de Mercados Financeiros, o Conselho recomenda que os países membros ofertem a EF, e que as instituições tanto públicas como privadas executem os princípios e as melhores práticas para educação e conscientização financeira da população.

A organização possui um *kit* de ferramentas utilizado na captação do nível de alfabetização financeira em várias populações. Desenvolvido através de um processo iterativo baseado em documento de trabalho da OCDE, pesquisas internacionais, consultoria especializada e enquetes nacionais, o *kit* foi recebido pelos líderes do G20 em setembro de 2013. Em 2015 e 2016, 40 países cooperaram com um levantamento internacional acerca das competências de alfabetização financeira em adultos, dispondo de dados coletados por meio deste *kit* de ferramentas (OCDE, 2018).

Em 2020 o Brasil recebeu aprovação da OCDE para os novos instrumentos legais relacionados à EF, o que representa grande oportunidade para discutir assuntos e principais desafios de políticas. O ensejo proporciona também o aprendizado com as experiências dos países-membros da OCDE que enfrentam desafios similares em áreas econômicas e políticas públicas (BRASIL, 2020, s. p.).

A OCDE (2005) defende que a importância da EF cresceu em razão da ascensão e desenvolvimento dos mercados financeiros com relação às mudanças econômicas, políticas e demográficas. Os mercados financeiros, cada vez mais, oferecem opções de crédito e ferramentas de poupança, não só por meio dos bancos, mas também através das cooperativas de crédito. Sendo assim, há cada vez mais exigências de conhecimentos do mundo financeiro por parte dos consumidores. Com a ocorrência de alterações nos planos de pensão e aposentadoria complementar, cresce cada vez mais a responsabilidade dos cidadãos pelo seu bem estar financeiro, e devido ao aumento da expectativa de vida, as pessoas necessitam certificar-se que terão as condições suficientes para manter-se por mais tempo.

Após apresentar o principal órgão fomentador e direcionador de políticas públicas relacionadas a EF, a próxima subseção traz a estratégia nacional que orientou as práticas brasileiras de educação financeira.

2.1.2 Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF

A OCDE (2012) certifica que, para que a abordagem da EF nas escolas tenha eficácia em escala mais abrangente, se faz necessário sua participação em uma estratégia nacional com direção à capacitação financeira da sociedade, e não apenas uma estratégia isolada.

Em dezembro de 2010, criou-se o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), e estabeleceu-se a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) através do Decreto Presidencial nº 7.397, ambas com o objetivo de difundir a EF para a população brasileira. Entretanto, em junho de 2020 o governo instituiu a nova ENEF “com a finalidade de promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no País” (BRASIL, 2020, s. p.).

Desse modo uma Estratégia Nacional de Educação Financeira é definida como uma abordagem coordenada nacionalmente para a EF, onde é estruturado um programa adaptado, que reconhece a importância através da legislação e define seu significado; identifica as necessidades nacionais; estabelece um roteiro para alcançar os objetivos predeterminados e fornece orientações a serem aplicadas por programas individuais, a fim de contribuir adequadamente para a Estratégia Nacional (OCDE 2009).

Durante o ano de 2017, cerca de 60 países de diferentes níveis de renda criaram estratégias nacionais de EF ou investiram em projetos relacionados ao tema, devido às implicações sociais e econômicas em longo prazo do baixo índice de EF de grande parte da população mundial, o que têm gerado fortes desafios para os governos (VIDA E DINHEIRO, 2017).

No Brasil, o CONEF era, até 2019, o responsável pela direção, supervisão e desenvolvimento da ENEF, e era formado por órgãos e entidades do governo, além de organizações da sociedade civil. Os órgão e entidades governamentais eram: Banco Central do Brasil, Superintendência de Seguros Privados, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), Ministério da Justiça e Cidadania, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação (MEC).

As instituições que representam a Sociedade Civil são: Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), Bolsa de Valores Oficial do Brasil (B3), Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) (VIDA E DINHEIRO, 2017).

Em 2019, o comitê foi extinto, sendo substituído pelo Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), composto por órgãos e entidades relacionados diretamente aos aspectos educacionais da ENEF. Os órgão e entidades governamentais são: BACEN, CVM, PREVIC, Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de

Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) e o MEC (BRASIL, 2021).

Os objetivos definidos pelo FBEF são implementar e estabelecer os princípios da ENEF, propagar as ações de EF, divulgar as informações e propiciar a comunicação entre as entidades públicas e as instituições privadas (BRASIL, 2020).

Indo além, outro órgão que compôs a estrutura direcionada ao incentivo da educação financeira, surgiu em 2010, quando institui-se a AEF-Brasil, criada por representantes da Sociedade Civil, como a ANBIMA, B3, a CNseg e a FEBRABAN, com o objetivo de coordenar e executar ações da ENEF, para a promoção da EF no Brasil, para três públicos-alvo específicos: crianças, jovens e adultos.

Segundo a AEF (2013, s. p.), “em 26 de abril de 2013, a Associação foi certificada pelo Ministério da Justiça como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.” Entretanto, a AEF encerrou suas atividades em abril de 2021 após as mantenedoras saírem da associação devido a decisão do governo em determinar que a nova governança da ENEF fosse composta somente por entidades públicas.

Das mantenedoras, a B3 afirma que deixou a entidade “após revisar sua estratégia educacional em função de uma grande mudança no cenário, com muitos influenciadores digitais e instituições financeiras ensinando sobre dinheiro” (LEWGOY, 2021, s. p.). Já a FEBRABAN informou que tal decisão do governo dificultou a manutenção da governança da associação. Atualmente as instituições que mantinham a AEF- Brasil executam seus próprios programas de disseminação de EF (LEWGOY, 2021).

Diante do exposto, para alcançar as crianças e jovens, a ENEF utiliza programas desenvolvidos nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, com a orientação do Ministério da Educação, e com a colaboração das secretarias municipais e estaduais (MEC, s. p.). As ações da ENEF estão divididas em Programas Transversais e Setoriais. A própria ENEF aplicava os programas transversais, que estão divididos em: Programa Educação Financeira nas Escolas, Programa Educação Financeira de Adultos e a Semana Nacional de Educação Financeira. A coordenação dos programas transversais da nova ENEF passou a ser responsabilidade do Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF, a partir da publicação do Decreto Nº 10.393, de 9 de junho de 2020” (BRASIL, 2020, s. p.). Os Programas Setoriais, são desenvolvidos pelos membros do CONEF e estão alinhados às diretrizes propostas pela ENEF (VIDA E DINHEIRO, 2017).

Uma iniciativa do CONEF com objetivo de promover a ENEF é a Semana Nacional de EF, que acontece desde 2014 e reúne diversas atividades presenciais e online, como palestras,

minicursos e mesas-redondas, que ocorrem em diversas cidades brasileiras, e que viabiliza o acesso ao conhecimento nessa área, independentemente da idade, para toda a população brasileira (VIDA E DINHEIRO, 2017).

Outra iniciativa de EF no Brasil é promovida pela Associação Brasileira de Educadores Financeiros (ABEFIN), criada no ano de 2012, pelo PhD Reinaldo Domingos, e tem como missão regulamentar a atividade dos profissionais dessa área, garantindo a qualidade do serviço junto ao mercado. Além de ter como um dos objetivos promover o tema em todas as áreas da sociedade, como empresas, escolas, famílias etc. Outrossim, a ABEFIN possui um projeto social para docentes da educação financeira, visando capacitar esses profissionais para que eles levem da melhor forma os conteúdos em educação financeira para os alunos nas salas de aula (ABEFIN, 2016).

Existe alguns projetos de EF para o Ensino Médio, entre eles um projeto piloto, que segundo a ENEF (2013), foi testado entre os anos de 2010 e 2011 em cinco estados do Brasil: Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins, Minas Gerais e Ceará, além do Distrito Federal, obtendo resultados satisfatórios, além disso possui materiais didáticos disponíveis para *download*, mas que ainda não foram disseminados para outros estados de, o que de certa maneira prejudica a formação de cidadãos para que se planejem financeiramente e consumam de forma consciente.

No Mapa da Educação Financeira no Brasil, é possível visualizar as iniciativas e ações espalhadas sobre EF. Alguns dados gerais que encontramos foram: 7.297 Iniciativas com a Semana ENEF, 304 Iniciativas com Selo ENEF, 711 Iniciativas no Mapeamento Nacional, 622 Escolas Projeto Itinerante, 4 Universidades nos Polos Educacionais, 6.367 Professores em EAD, 209 Programas de Adultos e 7 Artigos. Dessas diversas iniciativas destacamos, em 2018 o Projeto Itinerante de Educação Financeira, em que 1.571 professores de escolas públicas em 37 cidades do Brasil receberam capacitação. Este projeto surgiu através da parceria entre a AEF-Brasil e o Serasa Consumidor.

A ENEF busca atingir os seguintes objetivos estabelecidos:

Promover e fomentar uma cultura de educação financeira no país; ampliar a compreensão dos cidadãos para que possam fazer escolhas bem informadas sobre a gestão de seus recursos; contribuir para a eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros e de fundos de previdência (BACEN, 2012, p. 11).

A ENEF integra a importância da EF no atual cenário brasileiro. A estratégia nacional lançou uma política permanente do Estado para a EF, envolvendo os setores público e privado, com gestão centralizada e execução descentralizada. O intuito da gestão centralizada era garantir consistência metodológica entre os programas e ações, para que o uso da EF não seja como ferramenta de marketing e até mesmo venda disfarçada de produtos ou serviços

financeiros. Todavia, atividades e projetos descentralizados intencionam dar efetividade à ENEF, considerando as dimensões continentais do território e os diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal) (BACEN, 2012).

2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O CURRÍCULO ESCOLAR BRASILEIRO

Nesta seção será abordada a Educação Brasileira e aplicações curriculares em Educação Financeira.

2.2.1 A educação básica no Brasil

A educação é reconhecida como direito fundamental pela Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, ao determinar que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Segundo o Art. 22 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) - Lei 9394/96, a finalidade da educação básica é “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.”

A Educação Escolar no Brasil é composta por três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, sendo obrigatória a partir dos quatro anos de idade, de acordo com a LDB. Os currículos das instituições de ensino e as propostas pedagógicas são norteadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sendo definida como:

Um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BNCC, 2018, p 07).

É importante ressaltar que para o Brasil e os demais países, há um desafio que envolve o próprio nível e a qualidade da educação básica. No Brasil, 27% da população compõe o grupo dos chamados analfabetos funcionais, enquanto 42% possui um nível de educação considerado elementar, ou seja, que permite apenas ler textos de complexidade média e fazer operações matemáticas de nível básico (LEANDRO; GONZALEZ, 2018).

Segundo o Censo Escolar de 2020, o Brasil possui 179.533 escolas de educação básica, distribuídas em 5.570 municípios. A rede municipal é responsável por possuir o maior número de discentes e possuem 48,4% das matrículas na educação básica. Em 2020 a rede estadual deteve 32,1% das matrículas, e era a segunda maior. Já a rede privada correspondia a 18,6%, a rede federal apresentava uma participação abaixo de 1% do total de matrículas.

O economista e mestre em finanças comportamentais Gerson Caner (2020), defende que a baixa qualidade da educação básica traz reflexos na reduzida conscientização financeira. Explica ainda que os brasileiros possuem certa dificuldade em questões lógico-matemáticas e em leitura e interpretação de texto. Sendo que as questões financeiras envolvem interpretação de texto para as tomadas de decisão. Caso não haja boa interpretação, a propensão é não tomar decisões de forma correta.

2.2.2 Educação financeira no Brasil

Quando se trata de EF, o Brasil ainda está em desenvolvimento, uma pesquisa realizada em 2008 pelo Instituto Data Popular, em parceria com a B3, para conhecer o grau de educação financeira da população brasileira, chegou à conclusão que o nível de educação dos brasileiros sobre o tema ainda é baixo (BACEN, 2011).

Além disso, o número de pessoas inadimplentes reflete esse resultado, segundo a Serasa *Experian* (2020), chegando a 63,8 milhões de brasileiros no mês de janeiro de 2020, números que mostram a necessidade da população brasileira em aprender sobre esse tema, pois a EF vai além de economizar, envolve mudanças de hábitos e costumes de cada um.

Esse tema começou a ser mais conhecido em 1994 após a estabilização da inflação e implementação do plano real. No final dos anos 1990, o Brasil passava por instabilidade na economia, a inflação era altíssima, e como consequência ocorria mudança constante nos preços dos produtos mais básicos, o que impedia a população de guardar dinheiro, pois muitas famílias compravam alimentos para estocar, antes que houvesse alta nos preços dos produtos, além de impossibilitar a população realizar planejamento financeiro (ARAÚJO; CALIFE, 2014).

Com a implementação do plano real a situação começou a mudar, pois a inflação se estabilizou e os preços não eram mais alterados constantemente, o que impulsionou grande crescimento na economia (BACEN, 2012). A partir deste momento inicia-se a abordagem sobre o tema EF, mas não de uma forma abrangente e nem para toda população. Segundo Araújo e Calife (2014), a EF começou a ser tratada de forma inversa, pois só “existia” para aqueles

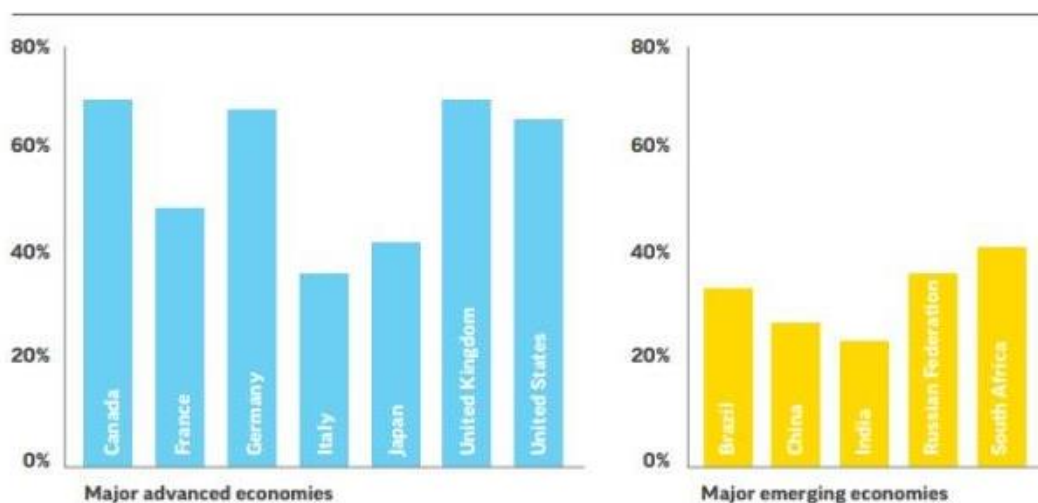
agentes econômicos superavitários, que já possuíam recursos e alguma renda extra, que poderia ser alocada para investimentos, aplicações etc, quando, segundo os mesmos autores, deveria ser apresentada inicialmente aos menos favorecidos.

Ainda assim e na esteira de tais acontecimentos, a EF no Brasil tem sido um instrumento de interesse e atuação de instituições de cunho financeiro como: BACEN, CVM, Bolsa de Valores de São Paulo, Febraban, Serasa, Associação Nacional dos Bancos de Investimento, Instituições Financeiras, feiras, eventos e mídia.

Na pesquisa da *Standard & Poor's* (2014), percebeu-se grandes variações em relação ao conhecimento sobre os temas, entre os países. A média do índice de alfabetização financeira nas economias mais avançadas, como Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos é de 55% dos adultos, enquanto os BRICS, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, atingem apenas 28%. No caso do Brasil, o país constatou o índice de 35% dos adultos alfabetizados financeiramente.

A Figura 2 apresenta esses dados e ilustra a enorme diferença dos índices de alfabetização financeira entre os principais países emergentes e as maiores economias do mundo.

Figura 2 - Variação na alfabetização financeira em adultos no mundo



Fonte: *S&P Global FinLit Survey* (2014).

Possuir habilidades de alfabetização financeira é essencial para os indivíduos que utilizam poupança, produtos de pagamento e crédito. Constatou-se que 32% dos brasileiros possuem cartão de crédito, mas desse percentual apenas 50% sabem responder corretamente a uma questão sobre taxas de juros compostos. Portanto, dificilmente compreendem a capacidade dos juros compostos em fazer a dívida aumentar (*Standard & Poor's*, 2014).

Um levantamento realizado pela OCDE em 2017, conceitua a alfabetização financeira como um fenômeno que associa conhecimentos (inflação; diversificação; relação entre risco e retorno; e juros), comportamentos (controle financeiro e resiliência financeira) e atitudes (foco exclusivo no curto prazo ou optar pela segurança no longo prazo). O levantamento foi realizado para os países do Grupo dos 20 (G20) e também para Noruega e Holanda. Os países do G20 atingiram a média de 12,7 pontos, de um total de 20 pontos. A pontuação do Brasil foi de 12,1 pontos, um pouco abaixo da média.

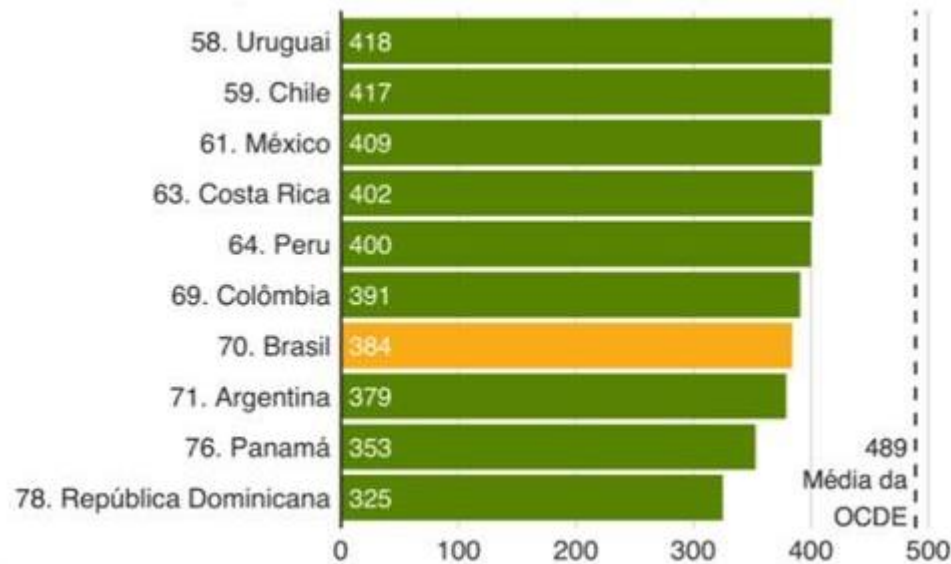
Em 2018, o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), avaliou os conhecimentos financeiros dos estudantes na faixa etária de 15 anos em diferentes níveis. O Pisa é:

Um estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Pisa oferece informações sobre o desempenho dos estudantes na faixa etária dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países, vinculando dados sobre seus *backgrounds* e suas atitudes em relação à aprendizagem, e também aos principais fatores que moldam sua aprendizagem, dentro e fora da escola (BRASIL, 2021, s. p.).

Os resultados do programa permitem a comparação entre os países, avaliando os conhecimentos e as habilidades de seus estudantes, e ainda, possibilita o aprendizado com as políticas e práticas aplicadas em outros lugares, permitindo a formulação de políticas e programas educacionais com o intuito de melhor qualidade.

Na área da matemática, o estudo, aplicado em 2018, era dividido em cinco níveis, e a pontuação mínima adotada pela OCDE era de 489 pontos. O Brasil atingiu somente 384 pontos conforme apresenta a Figura 3.

Figura 3 - Resultados da avaliação de matemática dos países latino-americanos participantes do estudo do Pisa



Fonte: OCDE (2018).

Assim, diante do exposto na Figura 3, o nível um, são entendimentos mais básicos envolvendo questões como reconhecer uma fatura e sua utilidade. O segundo nível é considerado pela OCDE o mínimo para se integrar à sociedade. O nível máximo é o cinco, onde os alunos demonstram capacidades de solucionar questões complexas como ganhos nas operações e custos de operação. Entre os 15 países analisados pelo estudo, o Brasil obteve o pior resultado, com 53% dos estudantes não alcançando o nível dois, ou seja, o mínimo necessário para integrar-se à sociedade. A média dos países que integram a OCDE é de 22%, porém, somente 3% dos estudantes brasileiros foram capazes de alcançar o nível cinco do estudo.

A abordagem de assuntos ligados a EF torna os indivíduos mais conscientes do mundo em que vivem e dos procedimentos financeiros realizados. Sendo assim, esses indivíduos sentem-se mais preparados para enfrentar o mercado de trabalho e entender seus direitos e deveres como consumidores (BORGES, 2014). Mas a ausência da EF dentro das salas de aula, desde os anos iniciais, torna o assunto esquecido muita das vezes. A próxima seção aborda os principais conteúdos que impactam a vida financeira dos estudantes.

2.3 METODOLOGIAS E CONTEÚDOS RELACIONADOS A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Os alunos necessitam de educadores que estejam preparados para desenvolver a inteligência financeira. A implantação da EF nas escolas requer novas metodologias de ensino

que, além de beneficiar os alunos, possam também, ajudar aos professores e aos pais, gerando uma sociedade unida e consciente.

2.3.1 Educação financeira nas escolas

As escolas possuem papel essencial na formação dos indivíduos para a sociedade, pois a educação é capaz de causar grande impacto na vida de uma pessoa. Este direito fundamental proporciona, certamente, preparação para a vida, contribuindo para o desenvolvimento do ser humano (VISSOTTO JÚNIOR, 2017).

O comportamento que se deseja de uma pessoa se desenvolve com muito mais propriedade em crianças do que em jovens ou em adultos. De acordo com o médico Jaderson Costa da Costa, neurocientista e diretor do Instituto do Cérebro do Rio Grande de Sul, para desenvolver a inteligência das crianças, é necessário focar na fase inicial da vida. A formação das conexões entre os neurônios e a formação do cérebro - que, aos seis anos, possui o dobro de conexões que o cérebro de um adulto - é impactada por cada estímulo. “Esse é o melhor momento, quando o cérebro responde prontamente. O órgão está pronto para ser estimulado, desenvolver-se”, afirma o especialista (BRASIL, 2020, s. p.).

Quanto melhor impulsionado, mais habilidades e competências serão adquiridas futuramente. É a fase de maior potencial de aprendizagem da criança, quando se desenvolvem com maior rapidez. Nas fases seguintes à infância, muitos hábitos indesejados tendem a se concretizar, o que torna mais difícil desconstruí-los e depois reconstruí-los adequadamente como desejado (SILVA, 2016).

A EF nas escolas se manifesta como estratégia fundamental para orientar os indivíduos a realizar tanto os sonhos individuais quanto coletivos. Professores e alunos educados financeiramente podem constituir-se em indivíduos autônomos em relação ao seu financeiro, em adição, se tornam menos suscetíveis a fraudes, dívidas descontroladas e situações comprometedoras. “Educação financeira deveria começar o mais cedo possível e ser ensinada nas escolas”, o trecho extraído da recomendação da OCDE (2005) revela a importância de inserir o tema nas salas de aulas.

Segundo a OCDE (2005), a EF é um processo de longo prazo. A organização defende ainda que, incluir a EF como componente do currículo escolar das séries iniciais e nas demais séries, seria um instrumento eficiente no sentido de elevar os conhecimentos do mundo financeiro e estabelecer um processo de longo prazo, onde as crianças adquirem conhecimentos

e habilidades para construir um comportamento financeiro consciente e responsável no decorrer de cada etapa da educação.

Kioyosaki (2000, p. 66) afirma que os estudantes deixam a escola sem habilidades financeiras. Milhões de pessoas com alto grau de instrução adquirem sucesso em suas profissões, mas em seguida se deparam com dificuldades financeiras. Acontece que, muitos deles trabalham muito, mas não progredem. O autor ainda afirma que, o que realmente falta para estas pessoas, não é ter conhecimento de como ganhar dinheiro, mas sim como gastá-lo.

Em todo tempo, se veem divulgações sobre o aumento do número de pessoas que estão endividadas e na dependência de empréstimos, linhas de crédito, e até mesmo de ajuda de familiares e amigos para conseguir subsistir. Nesse contexto, D'Aquino (2008) propõe ensinar as crianças a identificar as melhores escolhas sobre as finanças pessoais visando as suas implicações para a vida, incentivando o uso mais consciente do dinheiro a partir de pequenas ações e gestos realizados ainda na fase infantil, interferindo nos seus comportamentos na fase adulta.

Baseado no Documento de Orientações para Educação Financeira nas Escolas (Plano Diretor da ENEF, 2010), a EF tem importância em virtude do desenvolvimento do sistema financeiro. Atualmente, os consumidores possuem acesso à grande variedade de produtos e serviços financeiros. Dessa forma, os indivíduos precisam ter habilidades necessárias para que seja possível lidar com as escolhas financeiras que serão adotadas ao longo de suas vidas.

Um levantamento coordenado pela AEF do Brasil, constatou que as atividades de EF nas instituições de ensino aumentaram 72% em cinco anos, além disso, quase metade dos 1.300 projetos identificados, foram em instituições de ensino, sendo que 78% desses projetos partiram de escolas públicas (AEF-BRASIL, 2019).

O Brasil já deu os primeiros passos para a implantação da EF nas escolas. O tema estava previsto na nova BNCC - homologada em 2017 - e já vinha sendo abordado em algumas instituições de ensino do país. Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), homologado pelo MEC, presume que as instituições de ensino deverão adequar os seus currículos da educação infantil e fundamental, inserindo a EF até 2020, o que se tornou um grande avanço para o Brasil.

A BNCC propôs algumas unidades temáticas a serem trabalhadas dentro da disciplina de Matemática. Uma delas é Números, com a finalidade de “desenvolver o pensamento numérico, que implica o conhecimento de maneiras de quantificar atributos de objetos e de julgar e interpretar argumentos baseados em quantidades” (BNCC, 2017, p. 268). Se referindo aos anos finais do Ensino Fundamental, um dos aspectos considerados dentro dessa unidade é

o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, objetivando a EF dos estudantes. Assim, podem ser abordados assuntos como inflação, investimentos, taxa de juros e impostos (BNCC, 2017).

O Projeto Itinerante de Educação Financeira aplicado em 2018, surgiu através da parceria entre a AEF Brasil e o Serasa Consumidor. Os professores que participaram da iniciativa poderão incluir a temática transversalmente no plano pedagógico da escola. E isso vai trazer um impacto duradouro e efetivo não só para os estudantes, mas, também, em toda a comunidade (VIDA E DINHEIRO, 2018).

No Estado de Sergipe, especificamente no município de Aracaju, o Projeto Itinerante conta com a participação de 8 escolas, que são os Colégios Estaduais Atheneu Sergipense, Presidente Costa e Silva, Secretário de Estado Francisco R. Santos, Barão de Mauá, Governador João Alves Filho, Ministro Marco Maciel, Presidente Emílio Garrastazu Médici, e Vitória de Santa Maria, além disso contou com a capacitação de 34 professores (VIDA E DINHEIRO, 2018).

O Programa de EF nas Escolas é composto por dois projetos: Ensino Fundamental e Ensino Médio. Este programa oferece um projeto pedagógico e um conjunto de livros por nível de ensino, que oferecem ao aluno e ao professor várias atividades educativas que permitem a inserção do tema na vida escolar. O modelo pedagógico e todo o conteúdo foram construídos com base no documento “Orientação para Educação Financeira nas Escolas” feito com a participação do MEC, CONSED, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), entre outras instituições educacionais e financeiras. Este documento sugere o modo de alinhamento da EF e seus conteúdos formais aos currículos da educação básica, amparado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e seus instrumentos normativos.

De acordo com a AEF-Brasil, a EF nas escolas traz resultados. A AEF-Brasil realizou pesquisa no ano de 2020 em parceria com Serasa Consumidor e Serasa *Experian*. Um em cada três estudantes após participarem de projetos de EF, alegou ter aprendido a importância de poupar dinheiro, 24% deles conversaram com os pais sobre EF e 21% conheceram mais sobre a melhor maneira de utilizar o seu dinheiro.

O MEC e a CVM firmaram parceria com o intuito de qualificar cerca de 500 mil professores da rede pública em EF em julho de 2021. Os cursos de formação terão duração de 40 horas-aula e farão parte do currículo de formação de professores da rede básica de ensino em escolas públicas e privadas. A capacitação será feita de forma remota, visando auxiliar educadores a estimular práticas de empreendedorismo em jovens e de saúde financeira (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

Em 2014 a revista *Management Science* publicou um estudo, que analisou mais de 200 estudos empíricos sobre os resultados dos programas de EF. Após observar os efeitos de tais programas, o estudo apresentou algumas conclusões. Primeiramente, analisou-se que quanto maior o tempo de treinamento, maior e mais duradoura será a mudança. A explicação para isso é a existência de uma espécie de “curva de esquecimento”. Acontece que, nossa capacidade de armazenar conhecimento vai declinando ao longo do tempo. Portanto, uma EF contínua tende a gerar resultados mais consistentes. Em segundo, concluiu-se que o autocontrole pode exercer papel fundamental no processo. Ter autocontrole no presente pensando no amanhã é uma habilidade essencial. Finalizando, outra conclusão importante é que o processo de desenvolvimento de uma boa EF é mais bem-sucedido se focado em comportamentos e habilidades em vez de conceitos financeiros. Contudo, os ensinamentos das ciências comportamentais devem ser adicionados aos treinamentos com finalidade de alongar os efeitos sobre as escolhas do dia a dia (THOUGH, 2012).

2.3.2 Conteúdos relacionados a educação financeira

É relevante promover a reflexão sobre a relação do indivíduo com o dinheiro e como suas finanças pessoais são geridas. Nesse tópico serão abordados os principais conteúdos da Educação Financeira localizados na literatura sobre o tema e os problemas enfrentados devido a sua ausência.

2.3.2.1 Endividamento e crédito

Saber como usar os produtos e serviços do sistema financeiro, é extremamente importante para poder usufruir dos benefícios econômicos propiciados por estes, como por exemplo, o acesso ao crédito. Exige-se que os usuários de tais instrumentos financeiros saibam como utilizá-los de forma adequada, e para que isso ocorra, se faz necessário dispor de alguns conhecimentos essenciais como: as vantagens do planejamento, entender o mercado e como ele influencia a vida financeira do cidadão e também adotar comportamentos básicos como não consumir excessivamente e não agir por impulsos emocionais (KAHNEMAN, 2011).

De acordo com o BACEN (2013, p. 25), “o crédito é uma fonte adicional de recursos que não são seus, mas obtidos de terceiros (bancos, financeiras, cooperativas de crédito e

outros), que possibilita a antecipação do consumo para a aquisição de bens ou contratação de serviços”.

Nesse sentido, cada vez mais os cartões de crédito ganham espaço em muitos países emergentes como o Brasil, entretanto, o conhecimento de finanças não acompanha tal crescimento. Sendo assim, muitos usuários de crédito não compreendem por completo como a velocidade da composição de juros pode inflar os valores totais devidos (*Standard & Poor's*, 2014).

Estímulos para o uso do crédito e desorganização financeira são considerados os principais indícios que direcionam as pessoas ao endividamento (METTE; ARALDI; ROHDE, 2018). Existe falta de bons hábitos relacionados à administração das finanças, o que conseqüentemente acaba refletindo em fatos negativos, levando os indivíduos a compras de bens supérfluos ou em momentos não oportunos.

O Brasil ainda possui alto índice de pessoas endividadas. O relatório de dezembro de 2020 divulgado pela Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), feito pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), revelou o percentual de 66,3% de famílias endividadas em todo o país. Desde 2010, a PEIC é apurada mensalmente pela CNC. Os dados são coletados em todas as capitais dos Estados do país e no Distrito Federal, com aproximadamente 18 mil consumidores. Constatou-se que as dívidas das famílias correspondem a cheque especial, cheque pré-datado, cartão de crédito, prestação de carro, seguros, empréstimo pessoal e carnê de loja.

Para Pinheiro (2008), o endividamento está atrelado a EF, pois tal educação contribui com o sistema econômico, concedendo aos agentes o consumo de forma adequada de produtos e serviços financeiros. Com a falta de orientação e de disciplina financeira, as pessoas encontram-se despreparadas para enfrentar tantas facilidades do mundo financeiro e acabam se endividando e por muitas vezes sem perspectivas de superar tal ocorrência.

Santos e Silva (2014) realizou um estudo com o intuito de identificar as principais causas do endividamento familiar na Bahia e em Sergipe. Grande parte dos entrevistados sergipanos informou que já tinham ouvido falar sobre controle pessoal, no entanto, 40,77% nunca tiveram conhecimento e desconheciam do que se tratava o assunto EF. Da renda mensal dos respondentes, 25,08% é gasto com cartão de crédito e 30,36%, com alimentação, e ainda 34,62% dos entrevistados estavam endividados (apud FIORI *et al.*, 2017).

Medidas simples como a elaboração de um orçamento e planejamento podem ajudar a compreender melhor as finanças pessoais e, sendo assim, auxiliar na criação de metas e objetivos para que mantenham as contas no campo positivo, longe do endividamento excessivo.

2.3.2.2 Inadimplência

Segundo o NUBANK (2020), a inadimplência é o não pagamento de uma dívida. Em outras palavras, um consumidor inadimplente é aquele que possui uma dívida em atraso. Uma decorrência da inadimplência é restrição direta do acesso ao crédito, o que causa também impactos negativos na vida financeira das pessoas.

Um ponto positivo para que a EF esteja presente na vida escolar das pessoas, é a preocupação com a inadimplência brasileira. Percebe-se a necessidade de educação integradora que incorpore aos seus conhecimentos, habilidades e competências relacionadas ao consumo consciente, para que, de forma preventiva, evite que elas se constituam como membros de outra formação de endividados no país.

De acordo com os dados do Serasa *Experian*, em janeiro do ano de 2020, o índice de inadimplência no Brasil atingiu 63,8 milhões de brasileiros, registrando um aumento de 2,6% com relação ao mesmo período do ano passado. Um resultado que reflete a falta de planejamento e consumo consciente por parte da população. No entanto, a exposição do mundo financeiro aos jovens desde cedo é bastante benéfica. É uma estratégia fundamental para ajudá-los a enfrentar seus desafios cotidianos e a concretizar seus sonhos individuais e coletivos (SERASA, 2020).

O relatório da PEIC feito pela CNC referente a dezembro de 2020, registrou o percentual de 25,2% de famílias brasileiras na situação de inadimplentes. A inadimplência acarreta diversos problemas, e um deles é o descontrole financeiro, que está associado à falta de planejamento, pois muitos indivíduos gastam dinheiro na aquisição de produtos e serviços para serem pagos a longo prazo, sendo que o seu gasto excede seu orçamento, o que acarreta problemas para realizar os devidos pagamentos (FIORI *et al.*, 2017). Nessa linha:

A importância cada vez maior da educação financeira também se justifica pela necessidade do cumprimento dos deveres de cada cidadão para com a sociedade, visto que pessoas educadas financeiramente planejam melhor suas compras e cumprem seus compromissos financeiros. No caso internacional, a inadimplência dos compradores americanos de hipoteca contribuiu para o estouro da bolha imobiliária de 2008, desencadeando uma crise financeira internacional. No caso brasileiro, o inadimplemento corresponde a um terço do *spread* bancário, gerando um maior custo do crédito para a sociedade (BACEN, 2012, p. 4).

Devido a carência de conhecimentos financeiros, a preocupação com o aumento da inadimplência acontece pois quanto menos dívidas são pagas, conseqüentemente, menos

dinheiro circula no mercado. E com isso acarreta algumas consequências como aumento do desemprego e diminuição de créditos nos bancos (BANCO BARI, 2021).

Nesse sentido, a disseminação da EF (podendo ser mensurada através de indicadores como níveis de endividamento, inadimplência e depósitos per capita) é relevante para dispor aos indivíduos informações e instruções a respeito das finanças pessoais. Tal disseminação pode ser realizada através da conscientização educacional sobre a importância do planejamento, poupança e uso responsável do crédito, e através da melhoria da qualidade e adequação dos produtos e serviços financeiros ofertados. Sendo assim, estas iniciativas favorecem a ampliação da poupança e redução da inadimplência, que são indicadores com peso importante no cálculo do Índice de EF (BACEN, 2018).

2.3.2.3 Consumo

É notório o fato de que muitas pessoas consomem além do seu limite, e conseqüentemente adquirem problemas financeiros. Nessa perspectiva, a EF tem o propósito de melhorar a qualidade de vida de toda a população (PIVA; BORGES, 2012). Ao fazer escolhas, deve-se considerar um aspecto importante: saber distinguir necessidade de desejo.

O BACEN (2013) conceitua necessidade como tudo aquilo que o ser humano precisa, independentemente de seus interesses. Logo, a necessidade é tudo aquilo absolutamente indispensável para nossa vida, os desejos, por sua vez, podem ser definidos como tudo aquilo que queremos possuir ou desfrutar, independente se tais coisas sejam necessárias ou não.

Modernell (2011) ressalta que a EF deve promover às crianças a aprendizagem de distinguir necessidades de desejos e a reconhecer que o dinheiro pode atender a probabilidades limitadas. É necessário que tenham a compreensão de que podem almejar um futuro financeiro melhor para seu futuro, mas para alcançá-lo, primeiro terão que aprender a tomar decisões, aproveitar as oportunidades, buscar informação, e em muitas vezes, ter que adiar os desejos momentâneos para garantir a realização de algum objetivo importante. É fundamental a criação de hábitos financeiros saudáveis que desviem o consumismo desenfreado, e que ao mesmo tempo, possam estimular a usufruir do bem-estar que o dinheiro pode proporcionar sem tornarem-se escravos dele.

Segundo Bauman (2007), nota-se a instabilidade dos desejos aliada a insaciabilidade das necessidades, devido a conseqüente tendência ao consumo imediato. Em decorrência disto,

se tem o orçamento comprometido, visto que o planejamento não se faz presente. Portanto, a compra por impulso é conduzida pela ausência de informações e instruções financeiras.

O Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), realizaram uma pesquisa em 2015 em que 84% das pessoas confessam que compram por impulso diante das promoções. Ou seja, apenas 16% das pessoas afirmam que não compram por impulso. Isso se dá devido às eficientes estratégias de marketing das empresas, aliados à falta de preparo (educação financeira) do consumidor.

Para o bom funcionamento da economia do país, é fundamental haver um consumo adequado por parte da população. Contudo, o dilema é como torná-lo uma prática consciente e responsável. O economista Gerson Caner, observa que, em geral, os brasileiros possuem forte tendência ao consumo imediato e apresentam baixa consciência sobre o quão é necessário poupar, e que mesmo aqueles que tem possibilidade de poupar, não o fazem, por não haver estímulo social e coletivo suficiente. Caner (2020, s. p.) ainda afirma: “Entender mais de finanças pessoais contribuiria para evitar escolhas terríveis, como a de utilizar o limite do cheque especial, pagar apenas parcialmente o cartão de crédito ou emprestar o nome para amigos e parentes”.

2.3.2.4 Orçamento e planejamento financeiro

O planejamento financeiro é fundamental e consiste na tomada de decisão no presente que traga benefícios para o futuro. Gitman (2001, p. 43) afirma que “o planejamento financeiro é um aspecto importante das operações nas empresas e famílias, pois ele mapeia os caminhos para guiar, coordenar e controlar as ações das empresas e das famílias para atingir seus objetivos.” Eis que o planejamento financeiro pessoal tem como papel principal orientar a tomada de decisões.

Em um período de incertezas e recessão econômica, a pandemia do novo coronavírus mostrou a importância de se ter um bom planejamento financeiro. A população brasileira vem enfrentando várias dificuldades. Por conta disso, todas as pessoas deveriam saber desde cedo saber lidar com o dinheiro.

Segundo Visotto Junior (2015) o planejamento pode ser dividido em quatro partes: a primeira consiste no orçamento, que é controlar o que se gasta e o quanto sobra, passível de revisão quando o que se ganha é um valor menor do que se gasta; a segunda parte, é realizar um levantamento das dívidas existentes; a terceira traçar objetivos, metas que motivam a

conquista do que se ganha, o que muitas das vezes exige certo sacrifício; e por fim a quarta parte é a poupança e investimentos, poupar para que o futuro não esteja atrelado a meramente ao que se ganha, mas que se tenha uma certa segurança financeira. O autor ainda explica sobre o exercício de planejar, o que exige que se tenha consciência do que se ganha e assim elencar onde o dinheiro será aplicado. A partir disso, define assim o poder de compra e autocontrole financeiro, pois estará trabalhando com o que é real.

Visotto Junior (2015, p. 133) relata: “o que é orçado, previsto, algumas vezes pode não ser cumprido, isto se dá pela falta de se traçar prioridades financeiras, lembrando que o essencial é manter o foco nos objetivos elencados para que sejam um a um supridos e eliminados, ou seja, alcançados com sucesso”.

Segundo o levantamento da OCDE em 2017, apenas 43% das famílias brasileiras realizam orçamento familiar regularmente, índice que chega a 60% com relação à média dos países do G20. O que também chama atenção é que no Brasil existe apenas 30% de poupadores ativos, sendo que o índice dos países do G20 atinge 64%, chegando a 79% no Canadá, 83% na França e 96% na China. Outra informação apresentada é que 19% das pessoas recorrem ao crédito para complementar a renda e atender os custos básicos de vida.

Para Sousa e Torralvo (2008), o planejamento financeiro deve ser confeccionado com bastante seriedade. Para que um bom planejamento seja elaborado, recomenda-se seguir alguns passos: definição de objetivos; identificação dos meios para atingir os objetivos; levantamento de recursos necessários; determinação de procedimentos para tomada de decisão; controle para certificação de que tudo está saindo como previsto.

O planejamento deve ser colocado em execução com determinação e disciplina, para que dessa forma, os objetivos e metas traçados se realizem. Sendo assim, é um processo que envolve tomada de decisões no presente que terão reflexos no futuro. A EF e o planejamento financeiro devem manter-se alinhados. É necessária uma compreensão da realidade financeira para que o planejamento seja eficiente e eficaz.

Sendo assim, a EF auxilia na confecção do planejamento. Sousa e Torralvo (2008) destacam alguns aspectos importantes para um bom planejamento financeiro: descrever e diferenciar as despesas fixas das despesas variáveis, atenção máxima das despesas caracterizadas como fixas, estabelecer metas passíveis de serem alcançadas, rever periodicamente seu planejamento financeiro, controlar o cumprimento das metas antes e durante o mês, investir corretamente.

Segundo Claudino (2009, p.2), a EF é essencial no processo de estabilização e bem estar financeiro, podendo ser conceituada como “a inteligência de ler e interpretar números e assim

transformá-los em informação para elaborar um planejamento financeiro que garanta um consumo saudável e o futuro equilibrado nas finanças pessoais” (apud METTE; ARALDI; ROHDE, 2018 p. 2).

No ano de 2012 uma pesquisa de educação financeira realizada pelo Instituto de Pesquisas Rosenfield encomendada pela BM&FBovespa, em que participaram 2.000 pessoas das 15 maiores regiões metropolitanas do Brasil, englobando 100 municípios, de todas as classes sociais. A pesquisa registrou ausência de planejamento por grande parte dos brasileiros, constatado que 62,2% dos entrevistados não fazem planilhas de controle de gastos, e 53,4% chegam ao fim do mês sem dinheiro. Apenas 31,7% dos entrevistados guardam dinheiro com objetivo definido.

Em complemento, outra pesquisa realizada em 2018 pela CNDL, apontou que 45% dos brasileiros não controlam suas finanças. Segundo a CNDL (2018, s. p.), “de modo geral, 51% dos consumidores avaliam ter um grau ótimo ou bom para gerenciar seu dinheiro e 48% consideram esse conhecimento ruim ou regular. Além disso, três em cada dez (31%) brasileiros admitem insegurança para gerenciar o próprio dinheiro, contra 46% que se consideram seguros”. A pesquisa conclui alegando que os dados coletados evidenciam que o orçamento não é feito por quase metade dos brasileiros e grande parte daqueles que o fazem revelaram enorme dificuldade em realizar controle do seu orçamento de forma apropriada.

2.3.2.5 Educação financeira como disciplina no currículo escolar

Teixeira (2018) apresenta a inserção da EF no currículo escolar como incentivo à criação do consumo consciente. Quando educados e ensinados a consumir com responsabilidade, os estudantes recebem a oportunidade de conhecer, manejar e usar corretamente o dinheiro, sendo possível alcançar o seu bem estar econômico, financeiro e social, possibilitando a eles uma melhor qualidade de vida.

A EF precisa ser incluída desde cedo nos currículos escolares, pois assim esses cidadãos estarão preparados para os desafios no mercado de trabalho, em adicional, estarão capacitados para contribuir no desenvolvimento do país, já que passarão a ter visão crítica e maior consciência sobre a EF (PALMEIRA, 2013). Com a inserção da EF desde cedo, os alunos são preparados para o universo do consumo, e aprendem a lição mais importante: primeiro poupar para depois gastar. Reitera-se, com Souza (2013), afirmando que torna-se mais vantajoso e

proveitoso quando os conhecimentos sobre finanças são adquiridos ainda na fase infantil que deixar para aprender quando adulto.

Com base nas recomendações da OCDE (2012, p. 21) a EF nas escolas deve haver “uma estrutura de aprendizagem que estabeleça objetivos, aprendizagem, resultados, conteúdos, abordagens pedagógicas, recursos e planos de avaliação.” [...] “O conteúdo deve abranger conhecimentos, habilidades, atitudes e valores.”

Os docentes devem ser adequadamente treinados e contemplados com recursos e informações sobre a importância da EF e métodos pedagógicos relevantes. É necessário também que seja oferecido todo o suporte e treinamento contínuo para ensinar letramento financeiro. Com relação ao progresso dos alunos, deve-se aplicar avaliações, e reconhecer as suas realizações (OCDE, 2012).

Nota-se que todos os assuntos que são abordados pela EF, relacionam-se diretamente com os conteúdos das disciplinas formais abordadas nas instituições de ensino. Fazendo uso da linguagem adequada para cada faixa etária, é possível ensinar aos alunos como lidar com as finanças no cotidiano, planejando a sua poupança para alcançar os sonhos desejados e conquistar a independência financeira.

Sobre tais conteúdos, a OCDE (2012) apresenta alguns conteúdos que podem ser ministrados nas aulas de EF, de acordo com a idade/série escolar, que são: Dinheiro e transações; Planejamento e gestão de finanças; Riscos e recompensas; e Cenário financeiro.

A importância de incluir a EF como tema na formação básica dos alunos é ressaltada pelo educador financeiro do portal ‘Meu Bolso Feliz’, José Vignoli, e ainda aponta a falta de conhecimento sobre as próprias finanças como um problema crônico no Brasil. Algumas atitudes como controlar gastos, realizar planejamentos antes de ir às compras e evitar o consumo por impulso deveriam ser assimiladas desde criança, destaca José Vignoli (SPC, 2016).

Da mesma forma, o economista Caner concorda com a inserção da EF nas escolas, afirmando que “A disseminação de educação financeira nas escolas e a conscientização de sua importância deve produzir efeitos de longo prazo no sentido de minimizar essas crenças limitantes, tão prejudiciais para o indivíduo e a comunidade que o cerca” (CANER, 2020, s. p.).

Já Isabela Lima, *Manager* da *TC School Roadshow*, uma companhia de serviço de inteligência de mercado financeiro e de capitais, em conformidade, destaca a importância de a EF ser ensinada nas escolas públicas e privadas desde o ensino infantil. Em entrevista, Isabela (2020, s. p.) diz: “Hoje existem muitos jogos infantis que incentivam as crianças a aprender de

maneira simples e divertida sobre finanças, então também é papel dos pais incentivarem essas práticas e acompanharem de perto a educação financeira dos filhos”.

A OCDE publicou um relatório em 2008, que tem por título “Programas de Educação Financeira nas escolas: análise de programas atuais selecionados e literatura de projetos de recomendações para as melhores práticas” (MUNDY, 2008). O objetivo do relatório era analisar os programas de EF já existentes nas escolas e instituições de ensino. A organização também analisou pesquisas disponíveis que tratam sobre a eficácia das iniciativas sobre o tema destinadas a crianças e adolescentes na fase escolar em alguns dos seus países membros e não membros.

O relatório apresentou alguns pontos importantes ao verificar questões e principais desafios para a implementação da EF nas escolas, tais como: introduzir a EF como disciplina autônoma ou como eletiva; se o ideal seria tratar o assunto como obrigatório; e qual a idade certa para o aluno ser educado financeiramente.

Uma vantagem de implantar a EF como uma disciplina autônoma seria a possibilidade de dar maior destaque ao assunto. Sobre a idade certa para inserir a EF, o relatório menciona que alguns especialistas julgam que o tema deva ser introduzido no início da vida escolar das crianças, tendo em conta que este é o momento propício para influenciar os comportamentos futuros das crianças; enquanto suas mentes estariam abertas a novos conceitos. Entretanto, também leva em consideração que os programas devem refletir o potencial e disposição da criança na faixa etária em que se encontra.

A OCDE recomenda que:

O conteúdo da estrutura de aprendizagem pode variar de acordo com o nível nacional, regional ou circunstâncias locais, a identificação de talentos particulares, necessidades, aspirações e lacunas, a estrutura e requisitos do sistema educacional e considerações culturais ou religiosas, bem como a abordagem adaptada para a introdução da educação financeira nas escolas (OCDE, 2012, p. 9).

Segundo o Consultor Financeiro Gustavo Cerbasi (2011), as escolas que tiveram experiências com a EF em seus currículos, relatam os benefícios proporcionados aos estudantes que, pouco a pouco, vão apresentando mudanças de hábito e consumo. Conseqüentemente, os próprios pais também são influenciados, já que há algumas atividades que envolvem exercícios com a família. E não somente isso, alguns professores passaram a ter mais controle orçamentário e apresentaram melhorias na sua autonomia financeira.

A OCDE (2012, p. 10) ainda afirma: “Muitas vezes, é preferível que a educação financeira seja introduzida como um instrumento obrigatório e estatutário componente do

currículo nacional, a fim de garantir que seja realmente ensinado a todas as crianças por meio de seus tempos na escola”.

Cerbasi (2011) também fala dos benefícios proporcionados à própria escola. Trabalhando a EF, as escolas se destacam no mercado por ofertar um ensino diferenciado, além disso, pode ter a inadimplência reduzida já que os ensinamentos são estendidos aos pais, ajudando-os a lidar da melhor forma com suas finanças. Portanto, destaca-se uma das principais contribuições da EF: interromper o ciclo de gerações de cidadãos endividados e desenvolver uma nova geração de pessoas equilibradas financeiramente.

É necessário ter uma base sobre assuntos financeiros na fase infantil, para que as pessoas, quando adultas, possam ter facilidade em enfrentar problemas de finanças pessoais e planejamento financeiro. Dessa forma, adquirindo tais conhecimentos, os indivíduos podem aplicá-los durante a vida. Ressaltando que, muitos adolescentes vivem a maior parte do dia na escola, e a instituição tem forte influência, assim como a família, na forma em que os mesmos lidam com assuntos que envolvem a sociedade e a vida pessoal (FIORI *et al.*, 2017).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesse capítulo será abordado a metodologia realizada na pesquisa. De acordo com Gil (2008), entende-se metodologia, em um nível aplicado, um processo em que explora, caracteriza e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, que viabilizam a direção e a resolução dos problemas. O autor ainda define método como o caminho para se chegar até determinado fim, ou seja, o método fornece as ferramentas para que possa alcançar os objetivos propostos.

A seguir serão apresentados os métodos utilizados, que estão divididos em: Questões de Pesquisa; Caracterização do Estudo; Estratégia de Pesquisa; Coleta de Dados; Definição do universo e amostra; Categorias e Itens de Análise; Análise de dados; Correlações das Variáveis Relevantes do Estudo; Critérios de Validade e Confiabilidade.

O Quadro 2 ilustra a estrutura desse capítulo.

Quadro 2 - Estrutura conceitual da metodologia da pesquisa

Questões de Pesquisa	Caracterização do Estudo	Estratégia de Pesquisa	Coleta de Dados	Definição do universo e amostra	Categorias e Itens de Análise	Análise de dados	Correlações das variáveis relevantes do estudo	Critérios de Validade e Confiabilidade
Relacionadas aos objetivos específicos	Aplicada Quanti-quali Dedutiva Descritiva exploratória	Levantamentos bibliográficos Pesquisa documental Análise de arquivos	Pesquisas bibliográficas e documentais Questionário	População de 2.000 estudantes Amostra de 105 respondentes	Perfil dos estudantes Perfil das finanças pessoais Domínio do conhecimento elementar em finanças Percepção e aplicação da educação financeira	Análise bibliográfica e documental Levantamento Tabulação dos dados do questionário	Comportamentos e hábitos financeiros	Validade do construto Confiabilidade Pré-teste

Fonte: Autora (2021).

3.1 QUESTÕES DE PESQUISA

Uma questão de pesquisa é a manifestação de uma indagação específica que o pesquisador intenciona responder para abordar o problema de pesquisa. Os tipos de dados a serem coletados e o tipo de estudo a ser desenvolvido serão direcionados pelas perguntas de pesquisa (GRAZIOSI; LIEBANO; NAHAS, 2010-2011). Baseando-se nisso, os objetivos específicos serviram de base para as seguintes questões de pesquisa do presente estudo:

1. Qual o grau de conhecimento e a importância atribuída à EF pelos estudantes, no currículo escolar?
2. Quais as relações entre hábitos e conhecimentos financeiros e os construtos endividamento, orçamento e inadimplência?
3. Qual o impacto da consciência dos hábitos financeiros na vida financeira familiar dos estudantes?

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

O principal objetivo do presente estudo é analisar a importância da Educação Financeira propondo a aplicação do seu uso nos anos iniciais da carreira escolar. Diante do exposto a natureza do trabalho é caracterizada como aplicada. “Os problemas surgem a partir de questões, dificuldades e práticas correntes” [...] “Todos esses são problemas de pesquisa significativos, que merecem estudos adicionais e estabelecem uma questão prática ou preocupação que precisa ser tratada”, salienta Creswell (2007, p. 93).

A pesquisa apresenta abordagem caracterizada como quantitativa-qualitativa. Na fase inicial coletou-se dados qualitativos com o objetivo de explorar o assunto, na fase seguinte se expande o entendimento, onde serão coletados dados de um determinado número de pessoas. Optou-se por desenvolver uma pesquisa mista envolvendo o enfoque dado ao problema de pesquisa, que necessitava de uma abordagem diversificada para ser adequadamente examinado (GIL, 1999).

O método utilizado na pesquisa, se caracteriza como dedutivo, método este que tem por propósito explicar o conteúdo das premissas. A lógica dedutiva parte de uma proposição abrangente para se chegar a uma proposição específica (MARCONI; LAKATOS, 2017; VIEIRA, 2010). O estudo partiu de uma premissa geral, analisando os argumentos disponíveis acerca da problemática da pesquisa, indo em direção a uma premissa particular, a fim de confirmar sua validade.

Com o intuito de expor a importância da EF no contexto acadêmico, o objetivo da pesquisa é de caráter descritivo exploratório. Esse tipo de pesquisa levanta dados de um determinado grupo de pessoas descrevendo suas características e comportamentos. Sob o mesmo ponto de vista, Vieira (2010) afirma que a pesquisa descritiva visa efetuar a descrição de processos, fatos ou dos fenômenos, enquanto a exploratória, também conhecida como pesquisa de base, levanta dados e problemas que podem vir a servir para descobrimento de ideias, na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado.

A fundamentação teórica foi construída através de buscas sistematizadas em plataformas digitais, fazendo um levantamento bibliográfico, estudo desenvolvido explorando principalmente materiais já elaborados com a finalidade de “proporcionar a familiaridade do pesquisador com a área de estudo na qual está interessado, bem como sua delimitação” (GIL, 2017, p. 43).

Em seguida foi realizada uma pesquisa documental, que segundo Gil (2017), esta forma de pesquisa utiliza fontes primárias, isto é, dados e informações que não receberam ainda um

tratamento científico ou analítico. Tanto o levantamento bibliográfico quanto a pesquisa documental foram feitos através de buscas na internet por materiais que abordam o tema em questão. Após isso, foi feita uma revisão dos documentados encontrados e organização dos dados extraídos, o que permitiu descobrir e interpretar diferentes aspectos do assunto abordado.

O Quadro 3 a seguir apresenta os materiais utilizados durante a pesquisa.

Quadro 3 - Materiais utilizados na pesquisa

Pesquisa bibliográfica	Livros Artigos científicos Monografias
Pesquisa documental	Pesquisas Revistas Relatórios de instituições governamentais Documentos

Fonte: Autora (2021).

Após apresentação da tipologia, a próxima subseção evidencia a estratégia utilizada na pesquisa.

3.3 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

A estratégia de pesquisa, segundo Creswell (2007), fornece o caminho específico para as técnicas no projeto de pesquisa. Na presente pesquisa de trabalho de conclusão de curso, a estratégia utilizada foi análise de arquivos e levantamento em escolas da Cidade de Nossa Senhora do Socorro, consideradas por Yin (2001) uma das principais estratégias de pesquisa.

3.4 COLETA DE DADOS

O levantamento secundário dos dados foi realizado por meio de pesquisas bibliográficas, especificamente em livros e artigos científicos, e de documentos, pesquisas e relatórios que abordam o tema em questão como explicado na questão anterior. A pesquisa foi feita através de ferramentas de buscas na internet, entre janeiro e julho de 2021, utilizando os termos educação financeira, educação financeira nas escolas, importância e vantagens da educação financeira.

Na fase seguinte, o instrumento utilizado para coleta dos dados primários foi um questionário. Tal instrumento teve aplicação por 30 dias, entre o mês de Setembro e Outubro, em que foi possível obter 105 respostas. O questionário pode ser definido, segundo Gil (2017, p. 76), como “um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado”. Sendo assim, a técnica do questionário serviu para coletar as informações da realidade. Gil (2017) ainda apresenta algumas vantagens do questionário, como constituir-se o meio mais rápido para obter informações e implicar menores custos, podendo ser enviado de forma eletrônica, além de não exigir treinamento de pessoal e garantir o anonimato das respostas.

O questionário aplicado foi construído através do *GoogleForms*, ferramenta online da Google que permite ao usuário produzir formulários, questionários, avaliações, entre outras opções. O processo de elaboração do instrumento de pesquisa teve como base os ensinamentos de Marconi e Lakatos (2017) escolhendo os temas a serem abordados de acordo com os objetivos geral e específicos. Outras questões foram adaptadas de questionários utilizados no artigo “A importância da educação financeira nos contextos acadêmico e profissional: Um levantamento de dados com alunos universitários” de Brito *et al.*, 2012; e no Trabalho de Conclusão de Curso de Fernanda Kruger de 2014 com o tema “Avaliação da Educação Financeira no orçamento familiar”.

O link de acesso ao questionário foi enviado através do *Whatsapp*, aplicativo de mensagem, juntamente com uma nota explicando a caracterização da pesquisa, sua importância e a necessidade de se obter respostas. Adotou-se o modelo composto por questões fechadas, as quais oferecem respostas prontas, dessa forma, “são mais fáceis de serem agrupadas em blocos para fins de tabulação” (VIEIRA, 2010, p. 101). O questionário elaborado foi utilizado na fase do pré-teste durante 5 dias e aplicado a dois alunos de cada instituição com o intuito de analisar sua validade, identificar se a linguagem é acessível aos alunos e obter estimativas sobre os resultados futuros.

3.4.1 Definição do universo e amostra

De acordo com Marconi e Lakatos (2017), universo ou população pode ser definido como o conjunto de seres que apresentam características em comum, e a amostra é uma parcela selecionada do universo, é a parte mais representativa possível do todo. Dentro do universo selecionado, os estudantes possuem a mesma chance de responder o questionário.

Desse modo, o tipo de amostragem se caracteriza como não probabilística, também conhecida como amostra por conveniência, que segundo Marconi e Lakatos (2017) nesse tipo de amostra, a seleção não é feita de forma aleatória. O pesquisador escolhe os membros da pesquisa de acordo com a proximidade

Tomando por base tais definições, o universo estudado na pesquisa consiste em um grupo formado por, em média, 2.000 estudantes do Ensino Fundamental e Médio, de duas escolas da rede estadual e uma escola da rede privada, ambas situadas na cidade de Nossa Senhora do Socorro, do Estado de Sergipe, e a amostra coletada no instrumento de pesquisa consiste em 105 estudantes. A escolha se deu pelo fato de ter conhecimento e disponibilidade de acesso a tais escolas.

3.4.2 Categorias e itens de análise

Para melhor entendimento os itens de análise que serão verificados estão dispostos no quadro abaixo:

Quadro 4 - Categorias e itens de análise da pesquisa

Categorias	Itens de análise	Questões do instrumento de pesquisa
Perfil dos estudantes	Gênero Idade Escolaridade Rede de ensino	1 - 3
Perfil das finanças pessoais	Qual a fonte de renda Destino da renda Executa planejamento Consumo Intenção em poupar Uso de produtos financeiros Encontra-se endividado e inadimplente	4 - 12
Domínio do conhecimento elementar em finanças	Capacidade de realizar operações básicas Calcular juros	13 - 14
Percepção e aplicação da educação financeira	Conhecimentos para gerir suas finanças Onde adquiriu tais conhecimentos Existência de iniciativas de EF nas escolas Opinião sobre a possibilidade de inserir a EF como disciplina escolar	15 - 18

Fonte: Autora (2021).

3.5 ANÁLISE DE DADOS

Após extração e análise dos elementos bibliográficos, os dados obtidos com a aplicação dos questionários foram codificados e tabulados no *Microsoft Office Excel*. A partir disso, foi realizada uma estatística descritiva da frequência dos casos, a fim de conhecer a população e correlacionar de forma comparativa com os estratos, que são as instituições de ensino. O método de estatística descritiva é utilizado para “organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos” (REIS; REIS, 2005, p. 5).

3.6 CORRELAÇÕES DAS VARIÁVEIS RELEVANTES DO ESTUDO

Os percentuais de cada questão foram calculados de forma individual e em seguida realizou-se algumas correlações, para avaliar as variáveis relevantes do estudo a saber: fonte e destino da renda dos discentes de acordo com a faixa etária; frequência de realização de planejamento financeiro e instrumentos utilizados; frequência de realização de poupança e com qual finalidade; existências de projetos de EF na escola e a rede de ensino.

3.7 CRITÉRIOS DE VALIDADE E CONFIABILIDADE

Martins (2006) enfatiza que toda medida deve reunir dois requisitos essenciais: validade e confiabilidade. Medidas válidas representam de forma precisa a característica que pretende medir. Medidas são confiáveis quando são replicáveis e consistentes, ou seja, quando geram os mesmos resultados. O autor ainda afirma que validade e confiabilidade são requisitos que devem ser aplicados tanto às medidas derivadas de um teste, instrumento de coleta de dados, quanto ao alinhamento da pesquisa.

Destaca-se a necessidade de o pesquisador implementar táticas de pesquisa, a fim de proporcionar confiabilidade ao estudo, utilizando-se para tanto os testes de validade do construto, validade interna, validade externa e confiabilidade. Yin (2001, p. 55) afirma que “esses quatro testes são utilizados para garantir a qualidade de qualquer pesquisa social empírica”.

Para se ter validade de construção e confiabilidade, a pesquisa seguiu três princípios sugeridos Yin (2001): uso de evidências provenientes de duas ou mais fontes, criação de um banco de dados e manutenção de uma cadeia de evidência (ligações explícitas entre as questões feitas, os dados coletados e as conclusões a que se chegou).

Assim, após elaborado o instrumento de pesquisa, foi aplicado sobre uma pequena parte da população estudada. Tal procedimento, que se chama pré-teste, é o mais utilizado para averiguar a sua validade. “Seu objetivo, portanto, é verificar até que ponto esses instrumentos têm, realmente, condições de garantir resultados isentos de erros” (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 183).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta a análise dos dados coletados e informações obtidas através do questionário, no que tange a pesquisa sobre a percepção dos discentes sobre educação financeira. Em função do objetivo deste estudo, serão apresentados os dados estatísticos e

quantitativos, como também a correlação de forma comparativa destes, para avaliar as variáveis relevantes do estudo.

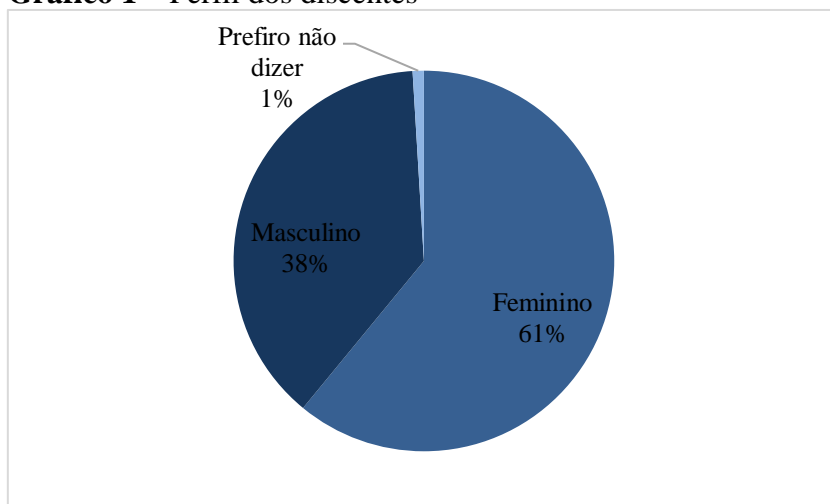
Tendo como objeto de estudo dessa pesquisa os estudantes de três escolas, sendo duas da Rede Estadual e uma da Rede Privada, localizadas em Nossa Senhora do Socorro, no Estado de Sergipe, primeiramente, foi caracterizado o perfil desses discentes. Desse modo, será apresentado respectivamente o Perfil dos discentes, Perfil das finanças pessoais, Domínio do conhecimento elementar em finanças e Percepção e aplicação da educação financeira.

4.1 PERFIL DOS DISCENTES

A seção de identificação do perfil dos discentes foi elaborada contendo quatro indicadores, sendo estes: gênero e faixa etária do discente, escolaridade e o tipo de instituição ao qual faz parte, sendo ela pública ou privada.

Em relação a primeira questão, do total de 105 respondentes, 61% se declararam do gênero feminino, 38% do gênero masculino e 1% preferiu não declarar, conforme ilustra o Gráfico 1 abaixo.

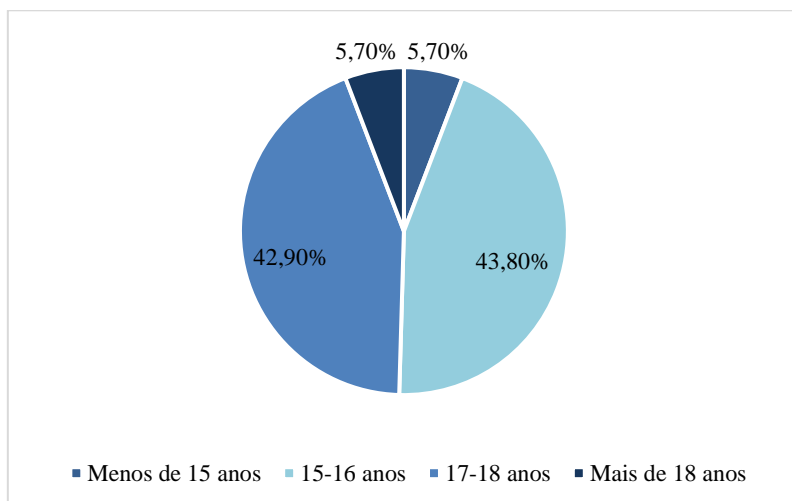
Gráfico 1 – Perfil dos discentes



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em relação à idade, 43,80% declararam ter 15 ou 16 anos, 42,90% declararam ter 17 ou 18 anos, 7,60% para aqueles que declararam possuir mais de 18 anos e 5,70% aqueles com menos de 15 anos. O Gráfico 2, a seguir, ilustra os dados apresentados para faixa etária.

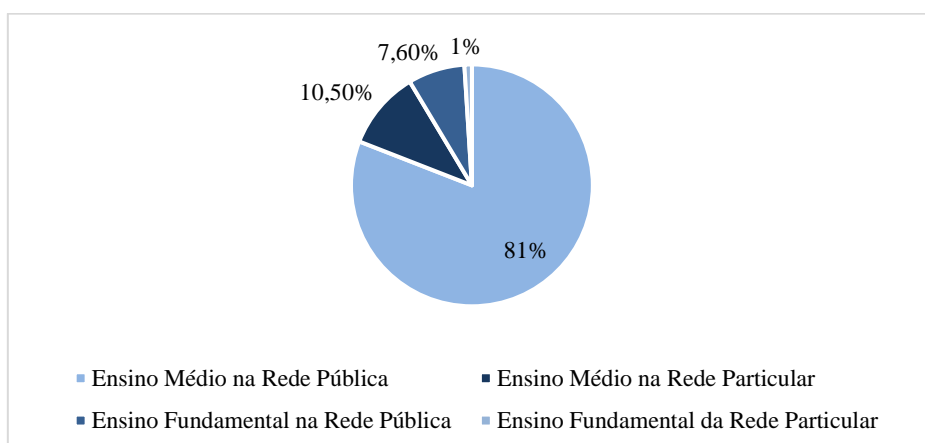
Gráfico 2 – Idade dos discentes



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Conforme o Gráfico 3, dos 105 respondentes, 81% afirmaram ser estudantes de Ensino Médio na Rede Pública, 10,50% cursam o Ensino Médio na Rede Particular, 7,60% afirmaram cursar o Ensino Fundamental na Rede Pública e apenas 1% é aluno do Ensino Fundamental da Rede Particular.

Gráfico 3 – Nível e Rede de Ensino



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

4.2 PERFIL DAS FINANÇAS PESSOAIS

Esta seção foi elaborada com o objetivo de investigar como as finanças pessoais dos discentes são geridas. A seção contém sete itens de análise, sendo eles: fonte de renda e o seu destino, execução de planejamento, consumo, se há intenção em poupar, quais produtos financeiros utilizam e se atualmente encontra-se endividado e/ou inadimplente.

Nota-se que a maioria dos estudantes, o que corresponde a 66,30% dos respondentes, recebem dinheiro dos pais e responsáveis conforme a necessidade, e esse dinheiro é destinado às despesas pessoais. A minoria dos discentes, 4,80% deles, exerce emprego formal e destina sua renda à poupança, conforme ilustra a Tabela 1 abaixo correlacionando com a idade dos discentes.

Tabela 1 – Fonte e destino da renda dos discentes por faixa etária

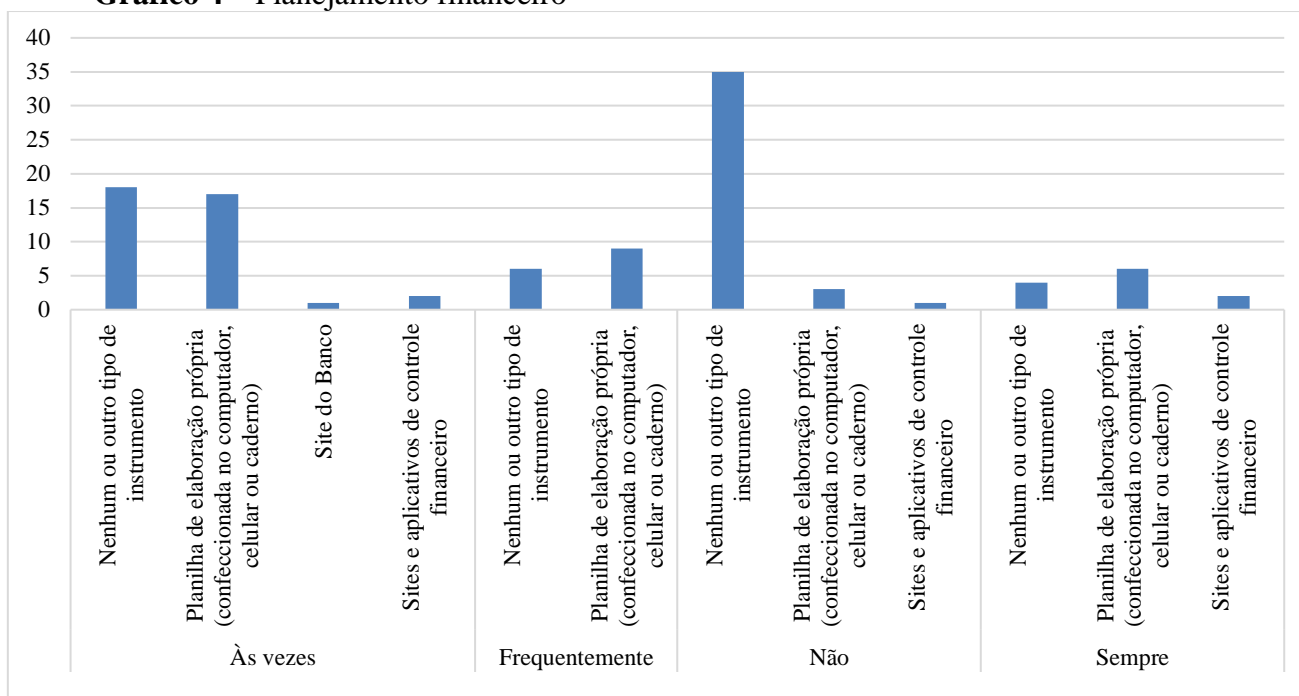
	Total
15 - 16 anos	46
Emprego formal	2
Complemento do orçamento familiar (ajuda nas despesas da família)	2
Emprego informal	5
Complemento do orçamento familiar (ajuda nas despesas da família)	2
Despesas pessoais (lazer, vestuário, lanches e outros)	3
Prefiro não declarar	7
Complemento do orçamento familiar (ajuda nas despesas da família)	2
Despesas gerais (alimentação, água, luz, telefone, moradia)	2
Despesas pessoais (lazer, vestuário, lanches e outros)	2
Poupança	1
Recebo dinheiro dos meu pais/ responsáveis conforme a necessidade	32
17 - 18 anos	45
Emprego formal	2
Despesas gerais (alimentação, água, luz, telefone, moradia)	2
Emprego informal	4
Complemento do orçamento familiar (ajuda nas despesas da família)	1
Despesas gerais (alimentação, água, luz, telefone, moradia)	1
Despesas pessoais (lazer, vestuário, lanches e outros)	2
Prefiro não declarar	9
Complemento do orçamento familiar (ajuda nas despesas da família)	3
Despesas gerais (alimentação, água, luz, telefone, moradia)	2
Despesas pessoais (lazer, vestuário, lanches e outros)	1
Poupança	3
Recebo dinheiro dos meu pais/ responsáveis conforme a necessidade	30
Mais de 18 anos	8
Emprego formal	1
Complemento do orçamento familiar (ajuda nas despesas da família)	1
Prefiro não declarar	4
Despesas gerais (alimentação, água, luz, telefone, moradia)	2
Despesas pessoais (lazer, vestuário, lanches e outros)	1
Poupança	1
Recebo dinheiro dos meu pais/ responsáveis conforme a necessidade	3
Menos de 15 anos	5
Prefiro não declarar	1
Poupança	1
Recebo dinheiro dos meu pais/ responsáveis conforme a necessidade	5
Total Geral	105

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A pesquisa procurou caracterizar o perfil de controle financeiro dos discentes, a fim de evidenciar o quanto os estudantes controlam os seus gastos, se fazem esse controle e quais ferramentas são utilizadas para auxiliá-los. Os dados apontam que a maioria dos discentes,

37,50% não realiza planejamento, contudo uma boa parte deles, 36,50%, às vezes costumam fazer planejamento financeiro utilizando planilhas de elaboração própria, o que é mais prático e rápido. A utilização de instrumentos de controle financeiro é de suma importância para identificar as receitas e despesas, permitindo o planejamento e controle de suas finanças pessoais. O Gráfico 4, a seguir, apresenta a correlação entre frequência de realização de planejamento financeiro e instrumentos utilizados.

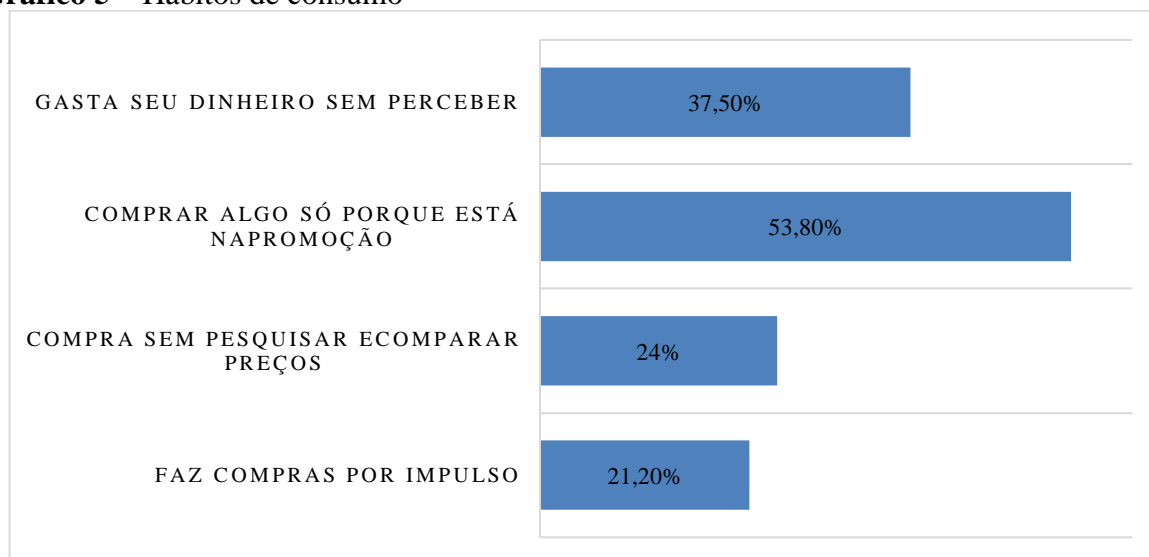
Gráfico 4 – Planejamento financeiro



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Pode-se verificar ainda que, 53,80% dos estudantes compram algo só porque estar na promoção, e 37,50% gastam seu dinheiro sem perceber, as demais motivações e hábitos de consumo estão descritos no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Hábitos de consumo



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

No momento de crise e insegurança financeira em que vivemos, o consumidor precisa ter consciência da necessidade de economizar e ter alguma rentabilidade do seu dinheiro. A pesquisa constatou que a maioria dos alunos, o que corresponde a 39,40% do total, às vezes poupam o dinheiro que recebem, a fim de utiliza-lo para o lazer pessoal e consumo próprio, ou seja, destinam seus ganhos em questões muita das vezes supérfluas e sem retorno financeiro; 33,70% informaram que poupam para urgências e despesas médicas; 32,70% para investimentos e 11,50% não guarda seu dinheiro.

A Tabela 2 apresenta esses dados correlacionando a frequência de realização de poupança com a sua finalidade.

Tabela 2 – Destino da poupança

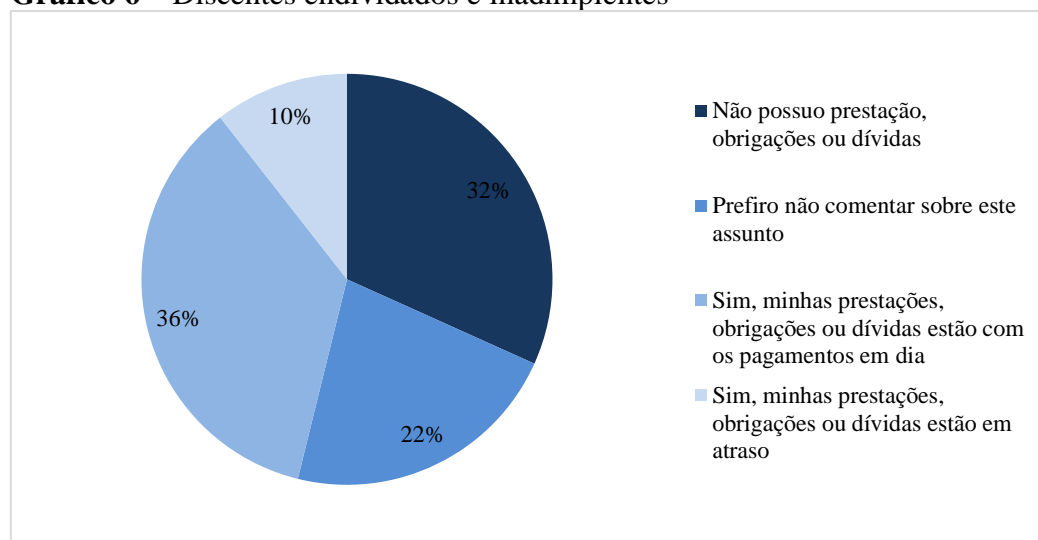
	Total
Não guardo dinheiro	10
Às vezes	4
Não	6
Para investir	16
Às vezes	3
Frequentemente	4
Não	4
Sempre	5
Para investir, Para lazer ou consumo	6
Às vezes	2
Frequentemente	3
Sempre	1
Para investir, Para lazer ou consumo, Para urgências e despesas médicas	4
Às vezes	2
Frequentemente	1
Sempre	1

Para investir, Para urgências e despesas médicas	8
Às vezes	4
Frequentemente	3
Sempre	1
Para lazer ou consumo	35
Às vezes	19
Frequentemente	10
Não	2
Sempre	4
Para lazer ou consumo, Não guardo dinheiro	2
Não	2
Para lazer ou consumo, Para urgências e despesas médicas	12
Às vezes	4
Frequentemente	4
Sempre	4
Para urgências e despesas médicas	12
Às vezes	3
Frequentemente	3
Não	1
Sempre	5
Total Geral	105

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Uma das perguntas do questionário, pedia que os respondentes se pronunciassem em relação ao endividamento e inadimplência. Dos 105 respondentes, 70 deles o que corresponde a 68% do total, informaram não possuir prestações, obrigações ou dívidas ou estão com suas obrigações em dia. Apenas 10% deles afirmaram estar endividados e inadimplentes, e 22% dos respondentes preferiram não comentar sobre o assunto, o que leva a supor que também possuem dívidas e encontram-se inadimplentes. A seguir, o Gráfico 6 ilustra as afirmações feitas.

Gráfico 6 – Discentes endividados e inadimplentes



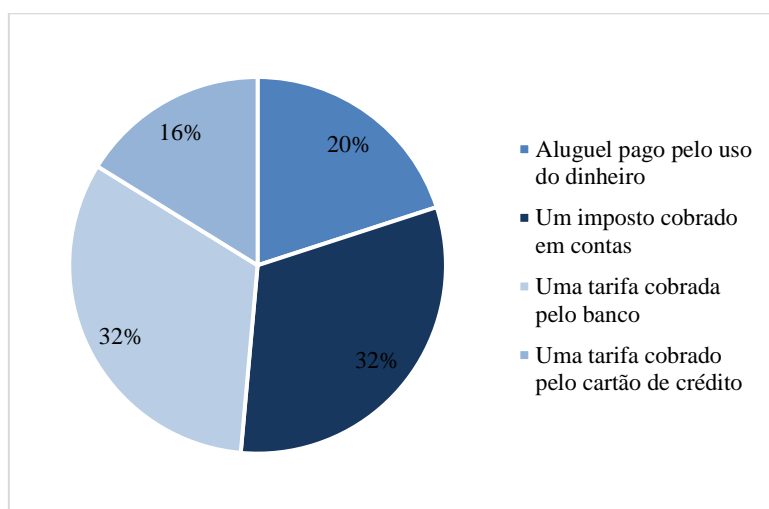
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

4.3 DOMÍNIO DO CONHECIMENTO ELEMENTAR EM FINANÇAS

A seção domínio do conhecimento elementar em finanças foi construída contendo dois indicadores que são: Capacidade de realizar operações básicas e calcular juros, a fim de identificar o conhecimento dos discentes sobre os conceitos financeiros básicos.

A maioria dos respondentes, 32% definiram juros como uma tarifa cobrada pelo banco, 32% afirmaram ser um imposto cobrado em contas, 16% deles acreditam ser uma tarifa cobrada pelo cartão de crédito, e somente 20% respondentes selecionaram a resposta correta, um aluguel pago pelo uso do dinheiro. A seguir, o Gráfico 7 ilustra os dados coletados.

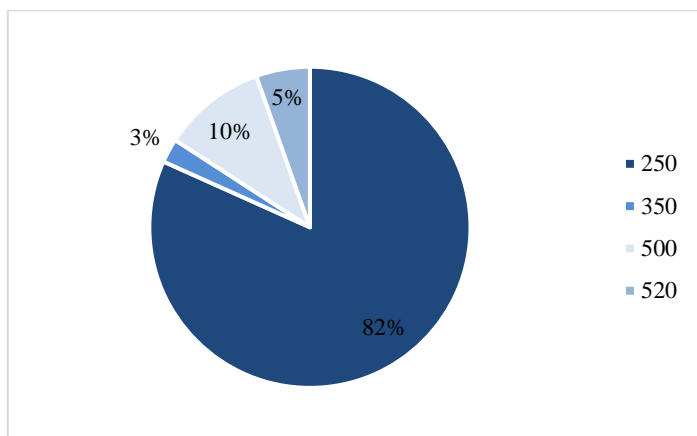
Gráfico 7 – Conhecimento sobre juros



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Sobre porcentagem, 89,50% afirmaram que 25% de 1.000 refere-se a 250, 5,70% afirmou ser 500, 2,90% dos estudantes afirmaram ser 520 e 1,90% assinalaram 350. O Gráfico 8 apresenta tais dados.

Gráfico 8 – Conhecimento sobre porcentagem



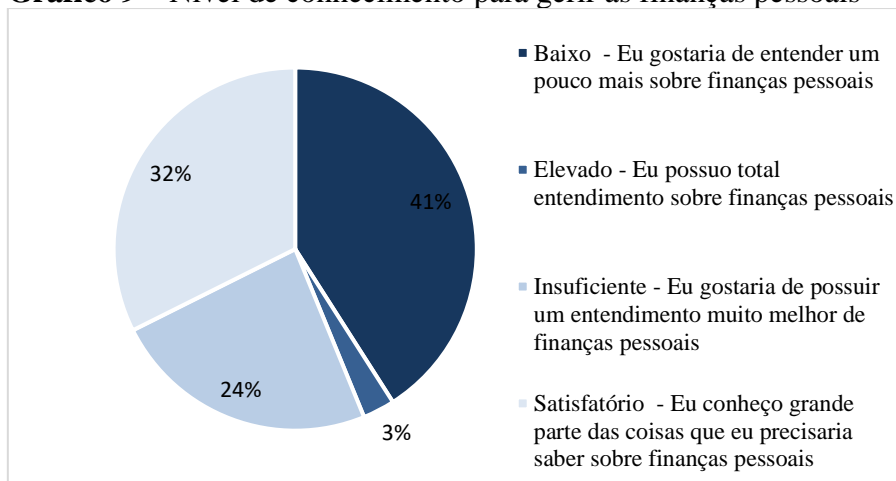
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

4.4 PERCEPÇÃO E APLICAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A última seção do questionário aplicado refere-se a percepção dos estudantes sobre educação financeira e sua aplicação. Foi elaborada contendo quatro indicadores que são, respectivamente: Conhecimentos para gerir suas finanças, onde adquiriu tais conhecimentos, se há iniciativas de EF nas escolas e a opinião dos discentes sobre a possibilidade de inserir a EF como disciplina escolar.

Nota-se que 41% dos estudantes consideram insuficientes os conhecimentos para gerir suas próprias finanças e gostariam de entender um pouco mais sobre o assunto e apenas 3% dos alunos possuem um conhecimento elevado sobre finanças pessoais. O Gráfico 9 apresenta o nível de conhecimento dos discentes.

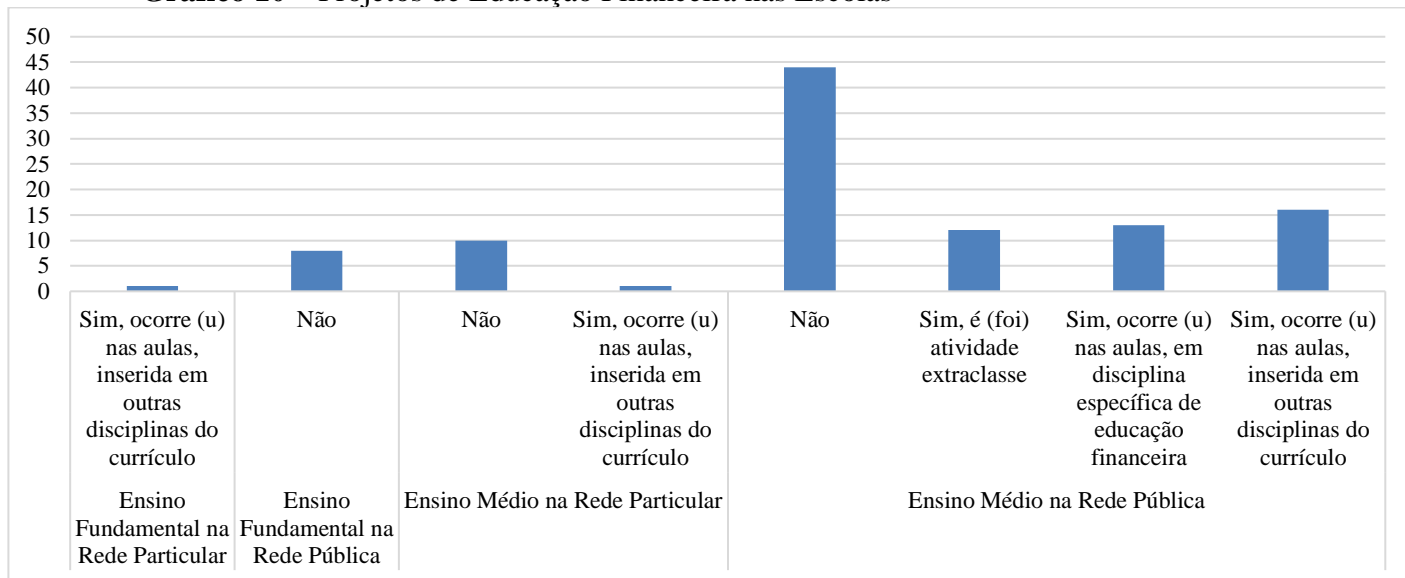
Gráfico 9 – Nível de conhecimento para gerir as finanças pessoais



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Dos 105 respondentes, 59% informaram não haver projetos de EF na escola em que estudam; 29,50% deles confirmaram a existência de iniciativas de EF em suas escolas, sendo elas trabalhadas em disciplinas específicas de EF ou em outras disciplinas do currículo; e 11,40% dos alunos confirmaram iniciativas de EF como atividade extraclasse, conforme ilustra o Gráfico 10, abaixo.

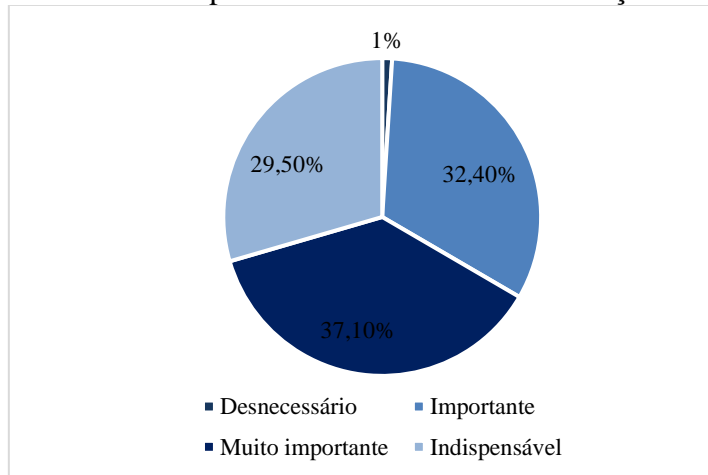
Gráfico 10 – Projetos de Educação Financeira nas Escolas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Sobre o último indicador, no Gráfico 11, a seguir, observa-se que 37,10% dos discentes acreditam ser muito importante a inserção da EF como disciplina no Ensino Fundamental e Médio; 32,40% acreditam ser importante; 29,50% afirmaram ser indispensável; e 1% acredita ser desnecessário inserir a EF no currículo escolar.

Gráfico 11 – Opinião dos discentes sobre inserção da Educação Financeira nas escolas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como objetivo avaliar o conhecimento e a importância da Educação Financeira na opinião dos estudantes de ensino médio em Sergipe. Sendo assim, o objetivo proposto foi alcançado, através dos três objetivos específicos definidos, que constituíram o percurso investigativo para a análise proposta.

O primeiro objetivo específico foi verificar o grau de conhecimento e a importância atribuída à EF pelos estudantes, se aplicada no currículo escolar. Foram encontrados diversos materiais publicados, como relatórios e pesquisas que tratam de EF, em que foi possível verificar que o Brasil, quase sempre atinge pontuações abaixo da média nas avaliações mundiais. Outro aspecto identificado é o desenvolvimento da economia brasileira, visto que há um aumento de pessoas consumindo e acessando o sistema financeiro. Em virtude disso, percebeu-se a necessidade de melhorar o grau de EF dos brasileiros. A falta de conhecimentos essenciais do mundo financeiro, declarada pelos respondentes, forma indivíduos adultos que não sabem lidar com os problemas financeiros, agindo por impulsos emocionais, não entendem como funciona o mercado e como ele influencia a vida do cidadão, consomem de forma excessiva e fazem mau uso do crédito.

O segundo objetivo específico desta pesquisa foi analisar descritivamente as relações entre hábitos e conhecimentos financeiros e os construtos endividamento, orçamento e inadimplência. Sendo assim, através dos dados coletados na revisão bibliográfica foi possível verificar na amostra que o Brasil apresenta alto índice de pessoas endividadas e inadimplentes por não controlarem suas finanças e não conhecerem os impactos dos produtos financeiros na vida pessoal. No questionário aplicado, a maioria dos discentes desconhecem a importância de saber gerir os seus próprios recursos. Grande parte dos respondentes não realizam planejamento financeiro, consomem de forma excessiva sem antes fazer o orçamento da sua renda, nem sempre poupam seu dinheiro e a maioria deles faz uso do cartão de crédito. Conclui-se que é necessário desenvolver uma estratégia de EF nas escolas do município estudado e no país que se adeque à realidade de cada região, considerando a escolaridade, fontes de renda, perfil de consumo, as classes sociais e cultura local, objetivando a construção de uma metodologia eficaz.

Como terceiro objetivo específico buscou-se descrever a consciência de hábitos financeiros e seus impactos na vida financeira familiar do estudante. A análise permitiu identificar alguns fatores que podem encaminhar o indivíduo ao descontrole financeiro, pois grande parte dos estudantes demonstraram desconhecer a importância do planejamento e do

orçamento antes de realizar uma compra, o que pode explicar a importância de constituir uma sociedade mais sustentável e consciente de seus recursos e ainda, contribuir com o fato da necessidade que existe em educar e disciplinar financeiramente os indivíduos. Observa-se também que a maioria dos discentes adquire conhecimentos financeiros com seus familiares e há uma aceitação positiva em aprender mais sobre a educação financeira, corroborando com a finalidade de implantar a EF no currículo escolar, de forma que auxilie os estudantes a adquirirem mais conhecimento na área em questão. Entretanto, a falta de fomento ao programa reflete o desinteresse de integrar e aplicar o tema, sendo ainda a EF incipiente nas escolas brasileiras, exceto por iniciativas isoladas.

O tema que já está previsto na nova BNCC, através do estudo de conceitos básicos de economia e finanças, deveria despertar interesse por parte do governo em educar financeiramente os indivíduos. Contudo, a fragmentação do processo e a interrupção de ações efetivas com descontinuidade e remanejamento de órgãos ligados ao fomento da educação financeira revela a fragilidade e o desprestígio do tema.

Como limitações do estudo, pode-se citar o fato da pesquisa ser aplicada em apenas três escolas de uma só cidade. Observa-se assim que os resultados estão limitados à população pesquisada. Em adicional, para generalização das respostas do estudo em questão, o quantitativo apurado não garante que esse efeito exista em qualquer outra rede de ensino e em qualquer outro grupo de estudantes, que não o grupo analisado na pesquisa.

Outra limitação a destacar é a dificuldade em conseguir uma amostra significativa de respostas através dos questionários eletrônicos, visto que o universo compreendido era formado por 2.000 estudantes e somente 105 responderam os questionários. Entretanto, no momento de pandemia, o instrumento escolhido e utilizado se mostrou o mais adequado para coleta de dados, ressaltando que, se ocorresse um maior número de respondentes, poderia trazer um melhor resultado na análise dos dados com possibilidade de extrapolação.

Como sugestões para trabalhos futuros que consolidem a pesquisa no tema, recomenda-se trabalhos que descrevam iniciativas de menor porte, em prefeituras e órgãos não governamentais; assim como o estudo das características e métodos, para o fortalecimento da educação financeira no contexto transdisciplinar da educação brasileira. Outra sugestão é ampliar o estudo, envolvendo escolas que adotam a EF, analisando como é feita a abordagem, quais processos envolvidos, qual a percepção dos estudantes e das famílias e quais os resultados alcançados. Assim como investigar as consequências da descontinuidade de órgãos e programas federais de apoio ao tema e a produtividade das novas diretrizes.

Dessa forma, investigar a inserção da EF nas escolas no Ensino Fundamental e Médio, contribuirá para o bom uso do dinheiro, o consumo consciente e na construção de comportamentos que possibilitem a redução significativa do endividamento e inadimplência, em adicional, o aumento do bem-estar e da qualidade de vida.

Através dos dados coletados da pesquisa, pode-se observar que existe grande interesse por parte dos discentes em aprender sobre a EF e julgam ser importante a sua inserção na grade curricular. Implementando a educação financeira nas escolas através de nova disciplina, contribui de forma significativa no planejamento e organização dos recursos financeiros dos indivíduos, na construção de bons hábitos relacionados as suas finanças pessoais. Preparando-as para desfrutar das oportunidades que surgem no dia a dia, principalmente no atual cenário de instabilidade.

REFERÊNCIAS

ABEFIN. **Institucional Abefin.** Disponível em: <https://abefin.org.br/institucional-abefin/>. Acesso em: 02 mai. 2021.

ABEFIN. **Projeto Docentes da Educação Financeira.** Disponível em: <http://abefin.org.br/wp-content/uploads/2018/06/projeto-docentes-da-educacao-financeiraweb-online.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2021.

ABREU, Isabella. Instituto de Pesquisas Rosenfield, 2012. FALTA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA: ESTUDO APONTA QUE O BRASILEIRO DESCONHECE PRINCÍPIOS BÁSICOS DE FINANÇAS E INVESTIMENTOS. **Revista RI**, n. 172, abr, 2013. Disponível em: <https://www.revistari.com.br/172/670#:~:text=A%20Pesquisa%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira,100%20munic%C3%ADpios%2C%20de%20todas%20as>. Acesso em: 19 jun. 2021.

AEF. **Educação Financeira nas Escolas.** Disponível em: <http://www.aefbrasil.org.br/index.php/programas-e-projetos/educacao-financeira-nas-escolas/>. Acesso em: 28 mar. 2021.

AEF. **Educação Financeira no Ensino Médio.** Disponível em: <http://www.aefbrasil.org.br/index.php/programas-e-projetos/educacao-financeira-nas-escolas/educacao-financeira-no-ensino-medio/>. Acesso em: 28 mar. 2021.

AEF. **Quem Somos.** Disponível em: <http://www.aefbrasil.org.br/index.php/quem-somos/>. Acesso em: 28 mar. 2021.

ARAÚJO, Fernando Cosenza; CALIFE, Flávio Estevez. **A história não contada da Educação Financeira no Brasil.** Disponível em: <https://www.boavistaservicos.com.br/wp-content/uploads/2014/08/A-hist%C3%B3ria-n%C3%A3o-contada-da-educac%C3%A7%C3%A3o-financeira-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BACEN. **BRASIL: IMPLEMENTANDO A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA.** Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021

BACEN. **Caderno de Cidadania Financeira: Gestão de Finanças Pessoais (Conteúdo Básico)**, Brasília: BCB, 2013.

BACEN. **Cidadania Financeira.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BACEN. **Educação Financeira nas escolas: Desafios e Caminhos.** 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/Nor/releidfin/docs/art8_educacao_finanaceira_escolas.pdf. Acesso em: 16 mai. 2021.

BACEN. **Educação Financeira para um Brasil sustentável.** Brasília: BCB, 2012. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/td280.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2021.

BACEN. **Relatório de Cidadania Financeira.** Brasília: BCB, 2018.

BACEN. **Série Cidadania Financeira: Estudo sobre Educação, Proteção e Inclusão.** 2. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2015.

BANCO BARI. **Educação financeira nas escolas: O que a economia do Brasil ganha com isso.** Disponível em: <https://bancobari.com.br/blog/educacao-financieira-escolas>. Publicado em 19 mar. 2021. Acesso em: 04 jul. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o consumo: A transformação das pessoas em mercadoria.** São Paulo: Zahar, 2007.

BNCC. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base.** Disponível em: <https://www.alex.pro.br/BNCC%20Matem%C3%A1tica.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2021.

BNCC. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio.** Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf. Acesso em: 20 mai. 2021.

BORGES, P. R. S. **Educação financeira: o novo perfil das famílias na administração das finanças pessoais.** Campo Mourão: Unerspar, 2014.

BRASIL. Comunicado FBEF nº 01/2021, de 20 de maio de 2021. **Diário Oficial da União.** Brasília: 21 mai. 2021. 95. ed. Seção 3, p. 44.

BRASIL. **Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020:** Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm. Acesso em: 09 jul. 2021.

BRASIL. **Educação Básica teve 47,3 milhões de matrículas em 2020.** Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/01/educacao-basica-teve-47-3-milhoes-de-matriculas-em-2020>. Acesso em: 03 jul. 2021.

BRASIL, LDB – **Lei das diretrizes e bases da educação nacional.** Lei no 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **A importância do começo.** Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/crianca-feliz/crianca-feliz/a-primeira-infancia>. Acesso em: 07 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. **Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF).** Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/entidades-vinculadas/autarquias/previc/centrais-de-conteudo/noticias/forum-brasileiro-de-educacao-financeira-fbef>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>. Acesso em: 05 jul. 2021.

BRASIL. SUSEP. **Brasil é aprovado pela OCDE para instrumentos de Educação Financeira.** Disponível em: <https://meufuturoseguro.gov.br/noticias/brasil-e-aprovado-pela-ocde-para-instrumentos-de-educacao-financeira>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRITO, L. S. *et al.* **A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NOS CONTEXTOS ACADÊMICO E PROFISSIONAL: UM LEVANTAMENTO DE DADOS COM ALUNOS UNIVERSITÁRIOS.** Rio de Janeiro: AEDB, 2012.

CALADO, Luiz Roberto. **Novas Estratégias de Educação Financeira que Possam ser Adaptadas e Implementadas no Brasil à Luz do Levantamento das Iniciativas Europeias.** Disponível em: <http://sa.previdencia.gov.br/site/2016/09/estudoprogeduart2.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021.

CANER, Gerson. **Por que o Brasil é um país de analfabetos financeiros – e como isso atrapalha a nossa vida.** [Entrevista concedida a Luan Sperandio] *Gazeta do Povo*. Publicado em: Fevereiro, de 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/brasil-pais-dos-analfabetos-financeiros/>. Acesso em: 03 jun. 2021.

CERBASI, Gustavo. **Casais inteligentes enriquecem juntos: finanças para casais.** São Paulo: Gente, 2011.

Censo Escolar 2020 aponta redução de matrículas no ensino básico. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-01/censo-escolar-2020-aponta-reducao-de-matriculas-no-ensino-basico>. Acesso em: 03 jun. 2021.

CNC. **Com sexta queda consecutiva, inadimplência retoma patamar anterior à pandemia.** Publicado em: Fevereiro de 2021.

CNC. **Endividamento das famílias encerra 2020 em alta e inadimplência em queda.** Publicado em: Dezembro de 2020.

CNDL. 45% dos brasileiros não controlam as próprias finanças, mostra pesquisa sobre educação financeira do SPC Brasil e CNDL. Disponível em: <https://site.cndl.org.br/45-dos-brasileiros-nao-controlam-as-proprias-financas-mostra-pesquisa-sobre-educacao-financeira-do-spc-brasil-e-cndl/>. Acesso em: 18 jun. 2021.

Como é formada a educação básica brasileira? Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/escolas/como-e-formada-a-educacao-basica-brasileira>. Acesso em: 21 mai. 2021.

Cresce número de endividados: saiba organizar as finanças. Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/economize/cresce-numero-de-endividados-saiba-organizar-as-financas-21032021>. Acesso em: 28 mai. 2021.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

D'AQUINO, Cássia. **Educação financeira.** Como educar seus filhos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DOMINGOS, Reinaldo. **A importância da inclusão da Educação Financeira nas escolas.** Publicado em: Agosto de 2014. Disponível em: <https://direcionalescolas.com.br/importancia-da-inclusao-da-educacao-financeira-nas-escolas/>. Acesso em: 14 jun. 2021.

DOMINGOS, Reinaldo. **Educação Financeira para crianças “engatinha” no Brasil.** Publicado em: Maio de 2014. Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/educacao-financeira-para-criancas-engatinha-no-brasil,044f2f57f37e5410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html#:~:text=%E2%80%9CA%20educa%C3%A7%C3%A3o%20financeira%20C3%A9%20imprescind%C3%ADvel,finan%C3%A7as%2C%20nem%20exatamente%20apenas%20poupar>. Acesso em: 01 jun. 2021.

Educação Financeira: o que é, por que é importante e dicas. Disponível em: <https://www.btgpactualdigital.com/blog/financas/educacao-financeira>. Acesso em: 10 abr. 2021.

Educação Financeira chega ao ensino infantil e fundamental em 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-12/educacao-financeira-chega-ao-ensino-infantil-e-fundamental-em-2020>. Acesso em: 17 jun. 2021.

Educação Financeira começa a integrar grade curricular das escolas. Disponível em: <https://www.tribunadeituverava.com.br/educacao-financeira-comeca-a-integrar-grade-curricular-das-escolas/>. Acesso em: 17 jun. 2021.

Endividamento de famílias cresce em Janeiro e chega em 66,5%. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-02/endividamento-de-familias-cresce>

em-janeiro-e-chega-665#:~: texto%20 percentual%20de%20fam%C3%ADcias%20 endividadas,passado%20(65%2C3%25). Acesso em: 10 jun. 2021.

Financial Literacy Around the World: INSIGHTS FROM THE STANDARD & POOR'S RATINGS SERVICES GLOBAL FINANCIAL LITERACY SURVEY. Disponível em: https://gflec.org/wp-content/uploads/2015/11/3313-Finlit_Report_FINAL-5.11.16.pdf?x5502. Acesso em: 11 jun. de 2021.

FIORI, D. D. *et al.* **O EFEITO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ADIMPLÊNCIA E TRABALHADORES NA CIDADE DE MANAUS SINERGIA.** Vol. 21, n. 2. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2017. Disponível em: <http://portal.amelica.org/ameli/jatsRepo/65/6521003/html/index.html>. Acesso em: 04 jul. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da Administração Financeira.** 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira – Essencial.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

GRAZIOSI, M. E. S.; LIEBANO, R. E.; NAHAS, F. X. **Módulo Científico: Elaboração da pergunta norteadora de pesquisa.** São Paulo: USP, 2010 - 2011.

JUNIOR, Dornelles Vissotto. **Educação Financeira nas Escolas Municipais: Uma abordagem participativa.** 1. ed. Curitiba: PROEC/UFPR, 2017. Disponível em: <https://adigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/63625/livro-educacao-financeira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 jun. 2021.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar: Duas formas de pensar.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KIOYOSAKI, Robert T.; Lechter, S.L. **Pai Rico, Pai Pobre: O que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro.** Ed. 66o, Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

LEANDRO, Julio; GONZALEZ, Lauro. **Desafios da educação financeira.** São Paulo: FGV, 2018.

LEWGOY, Júlia. Educação financeira nas escolas fica para trás em meio à democratização de investimentos. **Valor Investe**, 2021. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/educacao-financeira/noticia/2021/06/22/educacao-financeira-nas-escolas-fica-para-tras-em-meio-a-democratizacao-de-investimentos.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2021.

LIMA, Isabela. Por que o Brasil é um país de analfabetos financeiros – e como isso atrapalha a nossa vida. [Entrevista concedida a Luan Sperandio] **Gazeta do Povo**. Publicado em: Fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/brasil-pais-dos-analfabetos-financeiros/>. Acesso em: 18 jun. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Sobre Confiabilidade e Validade**. São Paulo: USP, 2006.

MARTINS, J. P. **Educação Financeira**. São Paulo: Fundamento, 2004.

MEC. **Conferências sobre educação financeira acontecerão em maio**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35987-educacao-financeira>. Acesso em: 13 jun. 2021.

METTE, F. M. B.; ARALDI, T.; ROHDE, L. A. **RESPONSABILIDADE FINANCEIRA: COMO A EDUCAÇÃO E A ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA INFLUENCIAM A INADIMPLÊNCIA? UMA ANÁLISE DA CLASSE C BRASILEIRA**. Porto Alegre: UFRGS, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/viewFile/94380/pdf>. Acesso em: 04 jul. 2021.

MODERNELL, A. **Educação Financeira**. 2011. Disponível em: <http://ucho.info/2011/09/08/afinal-o-que-e-educacao-financeira/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

MUNDY, Shaun. **Financial Education Programmes in school: Analysis of selected current programmes and literature draft Recommendations for best practices**. OCDE journal: General papers, volume 2008/3. OCDE, 2008.

O que é inadimplência e o que significa estar inadimplente? Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/o-que-e-inadimplencia/>. Acesso em 29 nov. 2021.

O que é OCDE e por que o Brasil quer se tornar membro? Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/ocde-o-que-e/>. Acesso em: 27 mai. 2021.

OCDE. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/ocde.htm>. Acesso em: 27 mai. 2021.

OCDE. **G20/OECD INFE REPORT on ADULT FINANCIAL LITERACY IN G20 COUNTRIES.** Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/G20-OECD-INFE-report-adult-financial-literacy-in-G20-countries.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2021.

OCDE. **OECD/INFE HIGH-LEVEL PRINCIPLES ON NATIONAL STRATEGIES FOR FINANCIAL EDUCATION.** Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/OECD-INFE-Principles-National-Strategies-Financial-Education.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2021.

OCDE. **Financial Education in Schools.** Disponível em: https://www.oecd.org/finance/financial-education/FinEdSchool_web.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

OCDE. **KIT DE FERRAMENTAS OCDE/INFE PARA MEDIR ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA E INCLUSÃO FINANCEIRA.** Publicado em: Maio de 2018. Disponível em: https://www.oecd.org/finance/financial-education/PORT_2018%20OECD%20INFE%20Toolkit.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.

OCDE. **La educación financiera en América Latina y el Caribe: SITUACIÓN ACTUAL Y PERSPECTIVAS. SERIE POLÍTICAS PÚBLICAS Y TRANSFORMACIÓN PRODUCTIVA N° 12 / 2013.** Disponível em: http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/OECD_CAF_Financial_Education_Latin_AmericaES.pdf. Acesso em: 23 mai. 2021.

OCDE. **OECD INFE GUIDELINES ON FINANCIAL EDUCATION IN SCHOOLS.** Publicado em: Junho de 2012. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/2012%20Schools%20Guidelines.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2021.

PALMEIRA, Eduardo Mauch. **Estudo Sobre a Inclusão Da Educação Financeira como Disciplina Escolar nos Anos Iniciais.** 2013 Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Eduardo_Palmeira/publication/236332274_ESTUDO_SOBRE_A_INCLUSAO_DA_EDUCACAO_FINANCEIRA_COMO_DISCIPLINA_ESCOLAR_A_PARTIR_DAS_SERIES_INICIAIS/links/00463517a8b239c16b000000/ESTUDO-SOBRE-A-INCLUSAO-DA-EDUCACAO-FINANCEIRA-COMO-DISCIPLINA-ESCOLAR-A-PARTIR-DAS-SERIES-INICIAIS.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

PINHEIRO, R. P. **Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão.** São Paulo: Peixoto Neto, 2008.

PISA. **RELATÓRIO BRASIL NO PISA 2018: VERSÃO PRELIMINAR.** Brasília: MEC/INEP, 2019.

PIVA, A. L.; BORGES, P. R. S. **Educação Financeira e seus benefícios.** In: VII Encontro de Produção Científica e Tecnológica. Campo Mourão. Paraná: [s.n.], 2012.

Professores receberão capacitação para ensinar educação financeira. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-06/professores-receberao-capacitacao-para-ensinar-educacao-financeira>. Acesso em: 04 jul. 2021.

REIS, E. A.; REIS I.A. **Análise Descritiva de Dados.** Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG. Disponível em: <http://www.est.ufmg.br/portal/arquivos/rts/rte0202.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

SEMIS, Lais. **Base agora é lei.** Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/9419/base-agora-e-lei>. Acesso em: 20 mai. 2021.

SILVA, Erenaldo da Costa e. **Educação Financeira nas escolas: A Importância da Educação Financeira nos anos Iniciais da escolarização.** Brasília: UNB, 2016.

SOUSA, A. F. de; TORRALVO, C. F. **Aprenda a administrar o próprio dinheiro: coloque em prática o planejamento financeiro pessoal e viva com mais liberdade.** São Paulo: Saraiva, 2008.

SOUZA, Débora Patrícia de. **A importância da educação financeira infantil.** 2013. 76 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 2013.

SPC; CNDL. **33% das compras feitas por impulso são de supermercado, apontam SPC Brasil e CNDL.** 2015. Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/release_compras_por_impulso2.pdf. Acesso em: 27 maio. 2021.

SPC; CNDL. **46% dos brasileiros não controlam seu orçamento, revela pesquisa do SPC Brasil.** Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/release_educacao_financeira_v7.pdf. Acesso em: 14 jun. 2021.

TEIXEIRA; L.A.A.; XAVIER, K.O. De A. **Educação Financeira como um método de aprendizagem do uso do dinheiro para alunos do ensino médio de escolas públicas.** UFF/ICHS, 2018.

TOUGH, Paul. **Uma questão de caráter.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

VIANNA, C.E.S. **Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira,** Janus, 3 (2008).

VIDA E DINHEIRO. **Educação financeira em escolas do País avança 72% em cinco anos.** Disponível em: http://www.vidaedinheiro.gov.br/estado_educacaofinanceira/. Acesso em 13 mai. 2021.

VIDA E DINHEIRO. **Educação Financeira no Brasil.** Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-no-brasil/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

VIDA E DINHEIRO. **Em tempos de crise e inadimplência, como anda a Educação Financeira no Brasil?** Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/em-tempos-de-crise-e-inadimplencia-como-anda-a-educacao-financeira-no-brasil/>. Acesso em: 25 mai. 2021.

VIDA E DINHEIRO. **Governança.** Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/governanca/>. Acesso em: 07 jun. 2021.

VIDA E DINHEIRO. **Mapa da Educação Financeira no Brasil.** Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/mapas/?mapa=escolas-projeto-itinerante&estado=SE>. Acesso em: 18 abr. 2021.

VIDA E DINHEIRO. **No Brasil - ENEF.** Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-no-brasil/>. Acesso em: 22 mai. 2021.

VIDA E DINHEIRO. **Plano Diretor ENEF.** Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2021.

VIDA E DINHEIRO. **Plano Diretor ENEF - Anexos.** Disponível em: https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-anexos-ATUALIZADO_compressed.pdf. Acesso em: 22 mai. 2021.

VIDA E DINHEIRO. **Projeto Itinerante de Educação Financeira.** Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/projeto-itinerante-de-capacitacao-de-professores-em-educacao-financeira/>. Acesso em: 08 abr. 2021.

VIDA E DINHEIRO. **Semana ENEF.** Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/senama-enef/>. Acesso em: 15 mai. 2021.

VIEIRA, José Guilherme Silva. **Metodologia de pesquisa científica na prática.** Curitiba: Fael, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Questionário para conhecimento da percepção dos discentes sobre educação financeira.

Olá, meu nome é Beatriz Silva Tavares e sou aluna da Universidade Federal de Sergipe - UFS. O objetivo deste questionário é analisar a percepção dos discentes sobre o tema Educação Financeira. A sua contribuição é extremamente importante e me ajudará a alcançar o objetivo do meu estudo. As informações obtidas neste questionário serão mantidas no anonimato e utilizadas exclusivamente para este fim, de acordo com a nova Lei Geral da Proteção de Dados do Brasil (LGPD), Lei 13.709/2018.

O preenchimento do questionário dura cerca de 5 a 7 minutos. Se você tiver dúvidas ou problemas para preencher o questionário, entre em contato comigo por telefone ou e-mail que estão dispostos abaixo.

Tel: 79 9 9860-4867

E-mail: beatrizstavares9@gmail.com

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo lido e compreendido o termo de consentimento que foi devidamente informado e esclarecido sobre a finalidade da pesquisa, confirmo e aceito a minha participação de forma voluntária e a utilização das informações por mim fornecidas para a presente pesquisa.

PERFIL DOS DISCENTES

Esta seção trata sobre a caracterização do perfil dos respondentes. Selecione apenas uma das opções abaixo.

1. Qual seu gênero?

- Masculino
- Feminino
- Prefiro não declarar

2. Quantos anos você tem?

- Menos de 15 anos
- 15 – 16 anos
- 17 - 18 anos
- Mais de 18 anos

3. Atualmente você cursa:

- Ensino Fundamental na Rede Pública
- Ensino Fundamental na Rede Particular
- Ensino Médio na Rede Pública
- Ensino Médio na Rede Particular

PERFIL DAS FINANÇAS PESSOAIS

Esta seção trata sobre a caracterização das finanças pessoais dos respondentes. Selecione apenas uma das opções abaixo.

4. Qual a sua fonte de renda?

- Emprego formal
- Emprego informal
- Recebo dinheiro dos meu pais/ responsáveis conforme a necessidade
- Prefiro não declarar

5. A maior parte da sua renda é destinada para:

- Despesas gerais (alimentação, água, luz, telefone, moradia)
- Despesas pessoais (lazer, vestuário, lanches e outros)
- Poupança
- Complemento do orçamento familiar (ajuda nas despesas da família)

6. Você costuma fazer uso de planejamento, orçamento ou planilha de controle de gastos?

- Não
- Às vezes

- Frequentemente
- Sempre

7. Que tipo de instrumento você utiliza para fazer seu planejamento?

- Planilha de elaboração própria (confeccionada no computador, celular ou caderno)
- Sites e aplicativos de controle financeiro
- Site do Banco
- Nenhum ou outro tipo de instrumento

8. Quais das alternativas abaixo você pratica com frequência? (é possível marcar mais de uma alternativa)

- Faz compras por impulso
- Compra sem pesquisar e comparar preços
- Comprar algo só porque está na promoção
- Gasta seu dinheiro sem perceber

9. Você possui o hábito de poupar?

- Não
- Às vezes
- Frequentemente
- Sempre

10. Qual a finalidade do dinheiro que você guarda? (é possível marcar mais de uma alternativa)

- Para investir
- Para o lazer ou consumo
- Para urgências e despesas médicas
- Não guardo dinheiro

11. Quais produtos de crédito você utiliza? (é possível marcar mais de uma alternativa)

- Cartão de crédito
- Cheque especial
- Empréstimos bancários
- Outros

12. Você possui prestação, obrigações ou dívidas?

- Sim, minhas prestações, obrigações ou dívidas estão com os pagamentos em dia
- Sim, minhas prestações, obrigações ou dívidas estão em atraso
- Não possuo prestação, obrigações ou dívidas
- Prefiro não comentar sobre este assunto

DOMÍNIO DO CONHECIMENTO ELEMENTAR EM FINANÇAS

Esta seção trata sobre o conhecimento dos respondentes sobre alguns assuntos financeiros relacionados com o uso da Matemática. Selecione apenas uma das opções abaixo.

13. De acordo com os seus conhecimentos, o que são juros?

- Uma tarifa cobrada pelo banco
- Um imposto cobrado em contas
- Uma tarifa cobrada pelo cartão de crédito
- Aluguel pago pelo uso do dinheiro

14. Assinale abaixo a alternativa que corresponde a 25% de 1.000:

- 250
- 500
- 350
- 520

PERCEPÇÃO E APLICAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Esta seção trata sobre a percepção em Educação Financeira dos respondentes. Selecione apenas uma das opções abaixo.

15. Você considera seus conhecimentos sobre administração do seu dinheiro:

- Insuficiente - Eu gostaria de possuir um entendimento muito melhor de finanças pessoais
- Baixo - Eu gostaria de entender um pouco mais sobre finanças pessoais
- Satisfatório - Eu conheço grande parte das coisas que eu precisaria saber sobre finanças pessoais
- Elevado - Eu possuo total entendimento sobre finanças pessoais

16. Onde você adquiriu a maior parte dos seus conhecimentos para gerir o seu dinheiro?

- Familiares

- Internet, TV, livros e etc.
- Experiência prática
- Outros

17. A escola em que estuda ou outra que você tenha estudado, tem ou teve alguma iniciativa ou projeto a respeito de Educação Financeira?

- Não
- Sim, ocorre (u) nas aulas, inserida em outras disciplinas do currículo
- Sim, ocorre (u) nas aulas, em disciplina específica de educação financeira
- Sim, é (foi) atividade extraclasse

18. Considerando a possibilidade de inserir a Educação Financeira como disciplina no ensino Fundamental e Médio, você considera?

- Desnecessário
- Importante
- Muito importante
- Indispensável

Sua resposta foi registrada. Obrigada pela sua contribuição!